

O Barão, em 1968, relê sua mais famosa obra, o jornal "A Manhã"

As irreverentes aventuras do Barão de Itararé

Homenagem ao 90º aniversário de Aparício Torelli, barão por iniciativa própria, humorista de talento por ofício, militante comunista por convicção. Pág. 9

EDITORIAL

Reduto do fascismo

A Polícia Federal planeja constituir-se num reduto da ditadura dentro (e contra) do governo de transição democrática na Nova República. Em fins de outubro, agindo como um bando provocador, este instrumento de repressão invadiu residências e entidades legais, prendendo dezenas de pessoas a pretexto de combater o Partido Comunista do Brasil, mas na verdade visando sabotar a candidatura Tancredo Neves. Agora, com o novo presidente já eleito, o delegado da Polícia Federal da Bahia se arvorou no direito de prender e submeter a humilhações o jornalista Fernando Escariz, que ousou protestar contra aquelas violências. É uma continuação das tropelias de outubro.

Para garantir a transição democrática o novo governo terá que ser rápido e enérgico na desarticulação deste antro do fascismo. No período final do regime militar, quando os generais já não tinham condições de colocar os DOI-CODI em ação abertamente, foi a Polícia Federal que ficou encarregada das tarefas sujas de invasões, saques, provocações e intervenções. Inclui-se torturadores e agentes dos aparatos paramilitares foram agregados em grande número à Polícia Federal, agindo sempre de forma truculenta quando encontravam alguma brecha.

Além disto, dirigida por militares, a Polícia Federal tornou-se um órgão de intervenção nos Estados — principalmente naqueles em que a oposição assumiu o governo. É um instrumento de violência, nas mãos dos golpistas de 1964 e dos torturadores do período mais negro da ditadura. Em conjugação com o SNI — que o próprio Tancredo apontou como policialesco e arbitrário — transformou-se numa das pilasstras centrais do regime ora em extinção. E será, neste período de passagem à Nova República, um dos obstáculos mais empedernidos à liberdade e à democracia. Mais

grave ainda é que, além da vasta rede oficial instalada em todo o território nacional, a Polícia Federal montou ramificações "extra-legais" com dedos-duros, corruptos, áreas de influência, tudo a serviço da deleção, da intriga, de provocações e perseguições aos democratas e patriotas.

Sabe-se muito bem que esta máquina sinistra tem sido usada frequentemente em negócios escusos, para acobertar ações criminosas, fraudes e corrupção. Exemplo disto é o que veio à tona com o assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten, da revista "O Cruzeiro".

Não se pode tolerar, num governo democrático, a existência de um poder paralelo, base do militarismo, a intrometer-se nos assuntos políticos, sociais e trabalhistas, para sabotar as mudanças, para impedir a construção de tudo aquilo debatido e reclamado pela imensa maioria dos brasileiros durante a grandiosa jornada das diretas-já e da campanha de Tancredo Neves para a Presidência.

É uma exigência fundamental da luta democrática, para construir uma Nova República de acordo com os anseios da nação, dismantelar os aparatos de repressão fascista forjados pelo regime militar. Urge de imediato tirar estes instrumentos das mãos dos generais. E impedir que a Polícia Federal continue agindo nas questões de ordem política e social, como se tornou praxe durante a ditadura.

O novo governo prometeu resguardar os direitos dos cidadãos, garantir a liberdade e a soberania nacional. Não pode portanto admitir a repressão aos trabalhadores, aos democratas e patriotas. O que se precisa evitar, e combater rigorosamente, são os golpes militares, os vendilhões da pátria, os torturadores, os corruptos e corruptores. A Nova República, para construir a democracia, deve varrer toda a herança do fascismo.

Escandaloso fim de festa da corrupção

Figueiredo cria supercabide de 18 mil empregos. A orgia de mordomias na Península dos Ministros.

A 52 dias do fim de seu governo, o general Figueiredo escandalizou o país ao fazer publicar, no "Diário Oficial" de quarta-feira dia 23, a contratação de nada menos que 18.628 funcionários para o serviço público federal. O Ministério do Exército, campeão absoluto das contratações de última hora, deverá absorver 15.459 servidores, equivalentes ao contingente de uma nova divisão. Outros oito Ministérios estão na lista.

As contratações se baseiam no decreto 86.795, de 1981, que só as autoriza em "casos excepcionais". E um funcionário da Secretaria de Planeja-

mento, cujo titular (ainda) é Delfim Netto, justificou a medida dizendo que ela visa "deixar as coisas arrumadas" para o futuro governo.

Para os brasileiros, instruídos por 21 anos de reinado dos generais, não é difícil supor quais serão os motivos "excepcionais" da enxurrada empreguista, nem o tipo de "arrumação" que ela pretende deixar para o governo Tancredo Neves no dia de sua posse, a 15 de março.

Em todos os escalões da administração federal, os donos fardados do poder e seus apaniguados fazem também suas "arrumações", tratando de abo-

canhar o que podem. Em Brasília respira-se um clima de fim de festa, ou de salve-se quem puder. Os beneficiários do regime mais corrupto de que o Brasil já teve notícia despedem-se de suas acintosas mordomias, das mansões, piscinas, carros de luxo e repastos das mil-e-uma-noites, pagos pelos cofres públicos com o dinheiro arrancado do povo.

O retrato dessa corte faustosa, em que o general Figueiredo foi dos que mais usaram e abusaram do esbanjamento às custas do alheio, estão na última página.



Os trabalhadores e o pacto social

Fala o deputado operário Aurélio Peres. Pág. 4

Pré-requisitos de uma Constituinte para valer

O que precisa mudar na política até a eleição. Pág. 5

Intenso debate sobre a forma de encarar a dívida

Capitalizar os juros resolve? Pág. 3

No tráfico sujo do tóxico reina o grande capital

O império multinacional das drogas. P. 2

Chuvas espalham morte nas favelas

O drama dos flagelados da enchente. P. 6

Esta Comissão de Fábrica vai ser de briga

Nasce Comissão da Mafersa. P. 7



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Fabuloso comércio de narcóticos

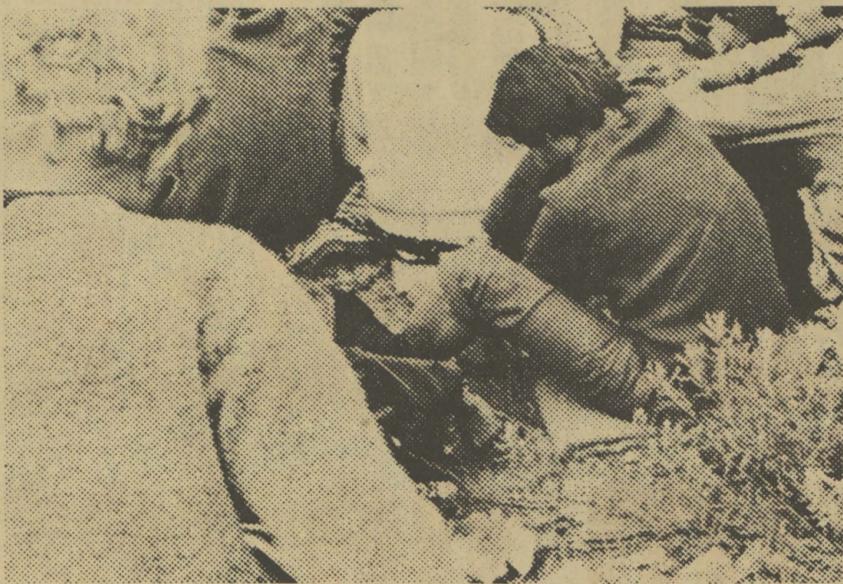
O tráfico e o consumo de drogas têm batido recorde sobre recorde, atingindo índices jamais alcançados em todos os países do mundo, informa o relatório anual do Conselho Internacional de Controle de Narcotráfico (INBC), órgão das Nações Unidas, recentemente divulgado em Viena.

Mesmo admitindo-se não ser essa a intenção do INBC, o documento tem valor de denúncia, trazendo à luz importantes elementos para esclarecer responsabilidades e objetivos deste fabuloso comércio que transforma traficantes em poderosos chefes políticos e empresários, e vice-versa, e vitima milhões de jovens em todo o mundo.

Correntes políticas prementemente "radicais" e "revolucionárias" advogam a libertação, ou "descriminalização" das drogas, enquanto outras afirmam não ver "mal algum" no uso e abuso dos entorpecentes entre a juventude. Tais posições são coerentes com os interesses da juventude, ou servem de muleta ao narcotráfico internacional?

DRUGA E FASCISMO

A cocaína fabricada na Bolívia rendeu, em 1983, dois bilhões de dólares quando vendida no exterior. No Canadá, apenas na região leste do país, a própria polícia informa que o



comércio de drogas movimentou a espantosa quantia de 9,6 bilhões de dólares canadenses, sendo que apenas a heroína foi responsável por US\$ 2,8 bilhões.

O fato deste comércio encontrar-se nas mãos dos grupos mais reacionários da burguesia e do imperialismo constitui-se em dupla agressão contra a juventude. Na mesma Bolívia, quando a polícia prendeu o italiano Pierluigi Paglia, um dos chefes do tráfico, ele foi identificado como um dos "cabeças" de uma organização fascista italiana.

Na Colômbia chegam a controlar verdadeiros territórios, onde constroem vilas

e aeroportos para o comércio criminoso. Ainda na Colômbia, na cidade de Medellín, a máfia da cocaína adquiriu do Exército uma lista de perseguidos políticos, promovendo um massacre de centenas de militantes e lideranças do movimento revolucionário e progressista.

Ainda na Bolívia, a "dinastia do pó" chegou a fazer de um dos seus chefes, o general Garcia Meza, presidente da República, e de seu lugar — tenente, general Luis Arce Gomez, ministro do Interior.

Nos Estados Unidos e Europa os traficantes têm representantes nos mais al-

tos escalões governamentais, na polícia, ou no poder judiciário. O próprio relatório do INBC chama a atenção para a tolerância de alguns governos para com o tráfico e diz que a iniciativa para combatê-lo são descontradas. Tal "desencontro" só pode ser explicado pela única razão de que a burguesia e o imperialismo encontram na droga não apenas uma fonte de lucro, mas um dique poderoso para a contenção do impulso revolucionário da juventude.

No Brasil cresce internamente o consumo de drogas ao mesmo tempo em que o país tem assumido impor-

tância internacional como produtor e entreposto para o comércio ilegal. No ano passado foi apreendido o dobro da quantidade de maconha apreendida durante todo o ano de 1983, e foi detectada a venda de heroína nas mais importantes cidades brasileiras. Em Ribeirão Preto a imprensa local informava a existência de mais de 20 jovens viciados, numa população de 350 mil habitantes.

JURÍDICA OU POLÍTICA

Em tais circunstâncias, defender a "descriminalização", ou assumir postura indiferente ao uso das drogas é rebaixar à esfera jurídica um problema de inquestionável implicação política e econômica, além de fazer pouco caso do drama que atinge milhões de jovens viciados no Brasil e no mundo.

As classes dominantes tentam imputar à juventude a responsabilidade pelo consumo de drogas. Sabe que tal não é verdadeiro. A droga é propagandeada e oferecida nas ruas, portas de escolas, nos clubes e em todo e qualquer lugar onde se encontrem os jovens, que dela só se libertarão na luta por seus direitos e reivindicações, entendendo na prática ser esse o caminho para encontrar a verdadeira liberdade e felicidade.

(Aldo Rebelo)

Hungria dá maior incentivo ao capital

A Hungria iniciou um programa para o lançamento de debêntures com pagamento de juros. As debêntures são papéis lançados no mercado financeiro que objetivam a captação de recursos para aplicá-los como capital na exploração dos trabalhadores. Não são vinculadas ao Estado e sim às empresas de maneira individual. Desta forma, até mesmo os investimentos que formalmente são centralizados pelo Estado passarão a circular abertamente no jogo anárquico do mercado financeiro capitalista.

É mais um buraco que se abre na roupagem "socialista" que os chefes de Budapest procuram manter em aliança e submissão aos revisionistas soviéticos. Anteriormente a Hungria acertou um empréstimo de qua-

se 400 milhões de dólares com bancos ocidentais, inclusive o Banco Mundial, dos imperialistas norte-americanos. Há poucos dias o Comitê Central do Partido Socialista Operário da Hungria (o partido revisionista no poder) informou que o XIII Congresso do Partido, em março, "consolidará a abertura política e econômica do país".

A Hungria e todos os demais países revisionistas estão envolvidos nas chagas sócio-econômicas do capitalismo. Vivem em meio à crise econômico-financeira, à queda no nível de vida dos seus trabalhadores, ao desemprego, à desproporcionalidade e anarquia entre as diversas empresas e ramos de produção. Já o objetivo da produção é o lucro, e não a melhora constante do

nível de vida do povo. Segundo o próprio diretor do Banco Estatal de Desenvolvimento da Hungria, "surgiu a demanda de reagrupamento e canalização de capitais". Assim, esta medida foi adotada nos marcos do jogo de pressões entre a nova classe burguesa que domina a Hungria. Ainda segundo as autoridades húngaras, "a ideia é canalizar os capitais para as empresas mais lucrativas".

CAMINHO DA TRAIÇÃO

Durante a I Guerra Mundial, sob a direção do Partido da Classe Operária, o povo húngaro lançou-se em luta contra a invasão nazifascista e, com a libertação do país, foi implantado um regime de democracia popular. Eram dados os primeiros passos na construção do socialismo, quando

veio à luz a traição revisionista.

Sob a influência das ideias antimarxistas propagadas no XX Congresso do PC soviético, os elementos contra-revolucionários da Hungria, Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, etc., receberam novo ânimo e puderam desenvolver livremente suas atividades. Incentivados pelo bando de Krushov, iniciaram o trabalho de pôr fim ao socialismo.

A "insurreição" de 1956 na Hungria teve o beneplácito dos chefes de Moscou. Bandos de contra-revolucionários, ex-colaboradores do fascismo e até mesmo criminosos comuns liderados por Imre Nagy tomaram as ruas em manifestações de tipo hitleirista, num ataque frontal à

classe operária e ao socialismo. Porém os revisionistas de Moscou perderam o pé da situação e foram obrigados a intervir militarmente no país. Foi a contra-revolução em luta com a contra-revolução. Venceram os soviéticos, que ali instalaram seus marionetes. A partir destes acontecimentos, a Hungria, de um país que avançava na via do socialismo, tornou-se um país capitalista dominado pelo social-imperialismo soviético.

Hoje o que predomina na Hungria é a política neocolonialista de Moscou. Também as empresas ocidentais lançaram suas garras sobre o país. Ali atuam a General Motors, Shell, Ford, IBM, etc., sugando os recursos e o suor do povo húngaro. (Agenor Silva)

Onde está a juventude, está o avanço

O papel desempenhado pela juventude albanesa na revolução e na construção do socialismo é o tema abordado no artigo "A juventude, grande força progressista e revolucionária", de Remzi Lani, redator-chefe do jornal "Zeri i Rinise" (A Voz da Juventude), que aqui vai resumido:

Não foi por casualidade que em 23 de novembro de 1941, apenas 15 dias depois da fundação do Partido Comunista, foi criada a combativa organização da Juventude Comunista da Albânia.



Enver Hoxha, o dirigente da luta de libertação, disse no I Congresso da Juventude Antifascista da Albânia em agosto de 1944: "Quando o Partido Comunista da Albânia lançou o chamamento para salvar nossa querida pátria das garras do fascismo, a juventude albanesa foi a primeira a responder, a primeira em lançar-se à guerra, engrossou as unidades guerrilheiras urbanas e as que operavam nas montanhas compostas dos melhores filhos de nosso povo, engrossou os batalhões guerrilheiros..." Cerca de 70% dos combatentes do Exército de Libertação Nacional eram jovens. Seu heroísmo, seu sangue derramado foram uma grande contribuição para a histórica vitória de 29 de novem-

bro de 1944.

Esta data assinala o começo de uma nova época para a Albânia. Inicia a época do socialismo, a época do rejuvenescimento geral do país e da vida do povo. Com a mesma resolução da época da guerra, a juventude empreendeu a reconstrução das casas incendiadas, das pontes destruídas, a construção de estradas, ferrovias, fábricas, combinados e centrais hidrelétricas. Ressoaram as canções da juventude da dessecação do pântano de Maliq, na construção nas zonas montanhosas setentrionais do país da "Estrada da Juventude" Kukës-Peshkopi e da "Estrada da Luz", e especialmente na construção das ferrovias, que se converteram em escolas de educação e de tempera revolucionária da jovem geração. Mais de 500 mil jovens de ambos os sexos participaram nestas ações nacionais. É significativo o fato de que em 1947, quando se construiu a ferrovia Durrës-Tirana, os vo-

luntários que trabalhavam ali escreveram ao camarada Enver Hoxha que, paralelamente à finalização da obra, no prazo fixado, nenhum jovem continuaria analfabeto. Novas obras, fruto das ações voluntárias da juventude, continuam sendo construídas durante as comemorações do 40º aniversário da Libertação da Pátria.

A Albânia, que era um país de analfabetismo massivo e de atraso, se transformou em um país de instrução massiva. Como objeto e sujeito do processo de aprendizagem, a juventude pronunciou e pronuncia com valor sua palavra sobre o nível do processo didático, sobre os textos e lições, e se converte em barricada contra as manifestações e as atitudes que obstaculizam a marcha adiante.

Um impetuoso desenvolvimento tiveram na Albânia a literatura, a arte e a cultura socialista. A juventude é a maior consumidora delas. Cerca de 80% dos participantes do Festival Folclórico Nacional de Girokastra de 1983 eram jovens — o que demonstra a paixão de nossa jovem geração por assimilar e enriquecer ainda mais a arte do povo.

Depois do VIII Congresso da União da Juventude do Trabalho da Albânia, celebrado em 1982, toda a



juventude de nosso país se incorporou ao movimento revolucionário "Onde está a juventude deve estar o avanço".

Eis aqui alguns de seus objetivos:

Na produção: Incrementar a produtividade, fortalecer o espírito de arrojo, reduzir o custo, introduzir a tecnologia avançada, elevar o nível técnico-profissional, etc. Na escola: Aplicar as tarefas como o aumento da qualidade de assimilação dos conhecimentos sobre sólidas bases de aprendizagem, melhores resultados nos estudos, uma mais ampla aplicação dos conhecimentos contemporâneos no processo didático, melhor vinculação com a vida, etc.

No terreno social: Lutar contra as manifestações da psicologia pequeno-burguesa, por uma atitude sempre socialista para o trabalho e a propriedade, aprofundar o modo socialista de vida, combater as manifestações de conservadorismo e de liberalismo nas relações sociais e familiares, educar-se nas tradições patrióticas e revolucionárias do povo, etc. No terreno da defesa: Assimilar ao máximo a Arte Militar da Guerra Popular, obter antes do prazo fixado e superar os objetivos determinados no aumento da disposição combativa, etc.

O movimento se estendeu a outros terrenos como o da revolução técnico-científica, da arte e da cultura, etc.

Inflação bate o recorde mundial na Bolívia: 3.000%

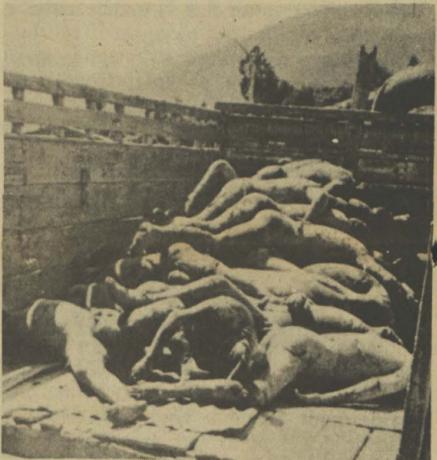
Continua em alta a temperatura política da Bolívia. A inflação, no ano passado, atingiu 2.177%, índice recorde do mundo, segundo informações do governo (grupos de empresários calculam que a evolução real do preço foi superior a 3.000% no período). Cresce, em consequência, a crise política e social que assola o país.

Cerca de 100 fábricas haviam sido ocupadas pelos operários bolivianos até o início da semana passada. Eles mantiveram vários industriais e executivos como reféns exigindo o pagamento do reajuste de 200% decretado pelo governo no final do ano para minimizar as perdas decorrentes da alta do custo de vida.

Os empresários negam-se a pagar o reajuste, que tacharam de inconstitucional. E recorrem à Suprema Corte de Justiça (dominada por forças direitistas), o que protela a solução do impasse. Deflagraram, também, um localmente generalizado por tempo indeterminado para forçar o presidente Siles Zuazo a recuar da medida.

Os militantes golpistas intensificaram a rotina conspirativa contra a democracia. Somente durante a semana retrasada ocorreram nada menos que duas tentativas de golpe contra Zuazo. Foram debeladas, e alguns oficiais sofreram punições (como transferências para a reserva e para "tarefas burocráticas"). Mas a conspiração continua.

O Produto Interno Bruto da Bolívia permaneceu estacionado no ano passado. A produção de minerais decresceu, e a única atividade que registrou crescimento foi o "contrabando para fora do país", conforme as informações do Colégio de Economistas. Várias indústrias estão ameaçadas de fechamento pela falta de recursos para importar até peças de reposição. É nesse contexto que se desenvolve a luta de classes no interior da Bolívia. O governo de Siles Zuazo, embora democrático, por sua natureza burguesa toma uma posição tímida e vacilante, enquanto a classe operária, dirigida pela COB, exige medidas energéticas de combate às forças reacionárias (em particular, o latifúndio e o imperialismo) para superar a crise e possibilitar uma solução democrática e popular.



Corpos de opositores encontrados em valas

Exército peruano mata mais de 2.000 opositores

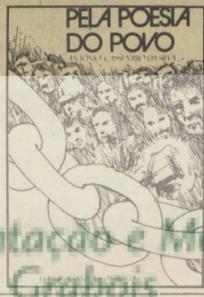
A Anistia Internacional denunciou, na semana passada, a existência de mais de dois mil opositores peruanos "desaparecidos", após terem sido presos pelo Exército, desde 1983. Segundo a entidade, "os cadáveres das vítimas da repressão dos militares geralmente são encontrados nus, com sinais de tortura e com tiros na cabeça". A selvageria repressiva atinge principalmente os camponeses, e mesmo crianças e jovens menores de idade são assassinados indiscriminadamente pelos soldados.

O Peru deve realizar eleições gerais em abril próximo, e é sob estado de sítio e constante ameaça das Forças Armadas que os partidos opositores realizam suas campanhas eleitorais.

Poesia ligada à luta do povo

A Editora Anita Garibaldi está lançando o livro **Pela Poesia do Povo**, de Antônio Cassemiro da Silva. Segundo o prefácio dos editores, "o autor dá o seu recado empregando uma linguagem que se traduz em uma mensagem forte e tocante; com temática e ritmos variados. E seduz particularmente pelo calor humano, pela preocupação com os grandes problemas existenciais dos povos oprimidos, e pelo jeito forte e corajoso — com traços próprios — com que o autor vive o clima de sua narrativa poética".

Pela Poesia do Povo pode ser adquirido pelo reembolso postal com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 5.000,00, para Editora Garibaldi Ltda., av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317, fone 34-0689, São Paulo.



Jornalista é ameaçado de morte pela PF

O repórter Fernando Escariz, da sucursal de "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" em Salvador, foi preso na manhã do dia 23 pela Polícia Federal. Vítima de várias arbitrariedades na sede da PF, Escariz foi indiciado em dois processos forjados pela repressão.

O jornalista compareceu à Polícia Federal acompanhado dos advogados Jackson Chaves Azevedo e Pedro Lacerda, para depor em um inquérito que o acusa de "ofender a honra do DPF" em dois artigos sobre a prisão de pessoas acusadas de pertencerem ao PCdoB em outubro passado.

Apesar de considerarem o inquérito ilegal, por ser o DPF parte interessada, o repórter e seus advogados chegaram às 9 horas na Delegacia para depor. Durante cerca de 20 minutos Fernando Escariz foi interrogado e confirmou o conteúdo dos dois artigos e de uma entrevista a uma estação de tevê, nos quais classifica como seqüestro as prisões ilegais de outubro de 1984 e critica os agentes federais pela violência, abuso de autoridade e invasões de domicílios.

Escariz se negou a preencher a ficha datiloscópica da identificação criminal e a responder a chamada "progressão" (um interrogatório no qual seria feita uma devesa em sua vida), por considerar ambas ilegais. O advogado Jackson Azevedo lembrou os direitos de seu cliente, e foi verbalmente agredido pelo delegado Alfredo Couto, que preside os inquéritos. Pelas 10h30m, o repórter recebeu voz de prisão e foi levado à força para a cela por 15 agentes.

No xadrez, foi obrigado a tirar roupa, óculos e relógio, ficando de cuecas. A seguir um agente, galhofando, pintou "Prisão Especial" num papelão e o pendurou nas grades da cela. Durante as duas primeiras horas de prisão, agentes alternavam-se diante da cela, fazendo ameaças de morte. Um deles frisou, diante do delegado Couto: "Estou gravando bem a sua cara, depois você terá o troco".

Pouco antes das 13 horas Escariz recebeu ordem de vestir a roupa. Foi levado a uma sala, onde avisou o presidente da Associação Bahiana de Imprensa, Afonso Maciel Neto, e transferido para outro compartimento. Acompanhado por 10 a 15 agentes, o delegado Couto começou a lavrar o auto de prisão em flagrante e abriu o segundo inquérito. Deu

murros na mesa, exasperado, porque o repórter recusou-se a assinar o auto de prisão sem a presença do advogado. Incontinentemente, o delegado arranjou três "testemunhas" que assinaram o documento que ele ditou.

Por volta das 13 horas o ministro da Justiça mandou que o jornalista fosse enquadrado em crime afiançável de desobediência à autoridade e posto em liberdade. Até as 16 horas, no entanto, a fiança não havia sido arbitrada pela DPF e os defensores de Escariz foram à Justiça Federal, sendo a fiança estipulada em Cr\$ 40 mil pelo juiz Lázaro Guimarães. Às 16h20m a oficial de Justiça Iracema Velama levou o alvará de soltura à PF, mas o delegado Couto mandou que seus agentes circulassem com ela pelas dependências da delegacia. Somente por volta das 18 horas a oficial conseguiu localizar o preso.

Liberto, Fernando Escariz relatou aos integrantes de uma vigília de solidariedade na Câmara de Vereadores os constrangimentos ilegais e arbitrários por que passou. "Chamei apropriadamente os agentes que seqüestraram os presos de delinquentes oficiais e eles o são, porque cometeram um delito — invadir casas e empresas, sem mandato judicial, e trazer incommunicáveis as pessoas acusadas — inclusive algumas algemadas — não passa de seqüestro".

Escariz alertou que a intimidação para ele depor foi expedida pela Polícia Federal no dia 15 de janeiro, o que demonstra que os agentes não pararam nem para assistir a derrota do seu "santo protetor Paulo Maluf no Colégio Eleitoral". Deputados, vereadores, representantes de sindicatos e entidades democráticas e populares de Salvador se solidarizaram com o jornalista. A líder da bancada do PMDB na Câmara, Lidice da Matta, denunciou o episódio como "uma tentativa de reeditar os tempos de terrorismo que o Brasil enterrou dia 15 de janeiro, com a eleição de Tancredo". Também a bancada do PMDB na Assembleia solidarizou-se através do líder Galdino Leite e dos deputados Filemon Matos e Luiz Nova. (da sucursal)

Processo contra democratas no Rio

Dia 29 de janeiro, às 13h30m, Alberto Nascimento dos Santos, Carlos Alonso Quintão e Aglaete Nunes Martins estarão sendo interrogados na 2ª Auditoria do Exército, no Rio, acusados de reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Alberto e Carlos são colaboradores da Tribuna Operária e foram presos dia 26 de abril de 1984, um dia depois da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para a Presidência da República.

Será o primeiro processo a ser julgado após a derrota do regime militar na sucessão presidencial, e o primeiro com base na nova Lei de Segurança Nacio-

nal. A base do processo é uma verdadeira peça fascista que atribui a esses três brasileiros o papel e a capacidade de implantar a subversão no país, visando derrubar o governo! Também são acusados de serem militantes e organizadores do PC do Brasil. Acusação extemporânea e estapafúrdia, num momento em que os setores mais variados da sociedade defendem a legalização do Partido Comunista — inclusive o ministro da Justiça, Abi Aekel, pronunciou-se favorável à existência legal do PC... É fundamental a solidariedade de todos os defensores da democracia às vítimas desse processo arbitrário. (da sucursal)



O movimento sindical quer participar das decisões sobre a dívida externa

Capitalização de juros não é solução para a dívida externa

Neste período de troca de governo, a área econômica vai acumulando fatos explosivos: o salto inflacionário, a sétima Carta de Intenções ao FMI, a segunda posse de Reagan confirmando o aperto nos países devedores, negociações com os banqueiros internacionais que podem nos comprometer até o ano 2000. A dívida externa está no centro da crise.

Há quem não pense assim e coloque o controle da inflação como prioritário; outros atribuem esse peso à retomada do crescimento econômico. Mas é devido à dívida externa que há quatro anos vivemos em recessão e estagnação, e chegamos a uma inflação de 230%.

É óbvio que precisamos retomar o crescimento e controlar a inflação. Mas como? Só existe um método conhecido para o crescimento normal da economia: investir recursos na atividade produtiva, principalmente na indústria e na agropecuária.

O Brasil é uma das maiores economias do mundo, tem um Produto Bruto que se aproxima dos 300 bilhões de dólares, recursos naturais e mão-de-obra abundante. É um gigante. Mas está amarrado pelas cadeias do FMI e dos banqueiros internacionais,

com seu sangue sugado sob a forma de pagamentos de juros da dívida. Os 21 anos de regime militar transformaram o país numa máquina de pagar juros.

12 BILHÕES PERDIDOS

Em 1984, após um esforço extraordinário, o país conseguiu um superávit de 13 bilhões de dólares no comércio exterior. Para isso as importações foram podadas, acarretando recessão, as exportações foram subsidiadas pelo povo brasileiro e arrasou-se o mercado interno. A maxidesvalorização do cruzeiro perante o dólar foi um dos principais fatores inflacionários que nos levou ao patamar dos 200%, uma imposição do FMI para sugar nos recursos através das exportações.

Todo esse sacrifício foi parar na mão dos banqueiros internacionais, que receberam só a título

de juros mais de 12 bilhões de dólares em 1984.

Esses bilhões perdidos pelo Brasil representam uma soma indispensável à retomada do desenvolvimento econômico e à criação de milhões de empregos. Basta dizer que representam mais de Cr\$ 40 trilhões, 5 trilhões acima da arrecadação de todos os impostos e taxas que compõem a receita fiscal da União.

Nosso país está jogando pela janela uma quantidade de recursos que equivaleria a toda uma arrecadação fiscal. Não é à toa que a questão dos juros passa a ser o problema central para a economia brasileira.

JUROS "SAGRADOS"

Mesmo nos momentos mais críticos, como setembro de 1982, durante a crise do México, o governo Figueiredo, a exemplo de todos os governos militares, colocou os interesses dos banqueiros internacionais acima da soberania nacional. Para os generais os juros dos bancos estrangeiros eram considerados sagrados, tinham de ser pagos custasse o que custasse. Para manter esse princípio, permitiram a auditoria do FMI, aceitaram o foro de Nova York para pendências jurídi-

cas — enfim, empenharam o nação.

A equipe de Tancredo vai ter de mexer neste ponto sensível: o pagamento dos juros. Não se sabe ainda como esse debate vai se desenrolar, mas todo o pujante movimento popular que propiciou a vitória das oposições está ansioso para opinar.

Nesse clima, o sr. Sérgio Quintella, ligado ao Projeto Jari e membro da comissão que assessora Tancredo, lançou a idéia da capitalização parcial dos juros. Ou seja: ao invés de pagar todos os juros, uma parte seria incorporada ao total da dívida. É uma "rolagem dos juros". Essa proposta não corresponde aos anseios populares. Representa a continuidade da política de Delim, só que, ao invés de rolar as amortizações, também "rola" os juros.

Essa tática de rolar a dívida é que vai nos afundando cada vez mais, prolongando nossa dependência, aumentando o prazo e o total. Além disso, implica novas e mais pesadas concessões ao capital estrangeiro. A proposta de capitalização dos juros é como coçar uma ferida que já está sangrando.

Dívida define a rota de Tancredo

O presidente eleito Tancredo Neves partiu quarta-feira, dia 23, para uma longa viagem (16 dias) a Roma, Lisboa, Washington, cidade do México e Buenos Aires. A questão da dívida externa está em primíssimo lugar na agenda das conversações nos EUA, um supercredor, e no México e Argentina, que formam junto com o Brasil o primeiro time dos devedores.

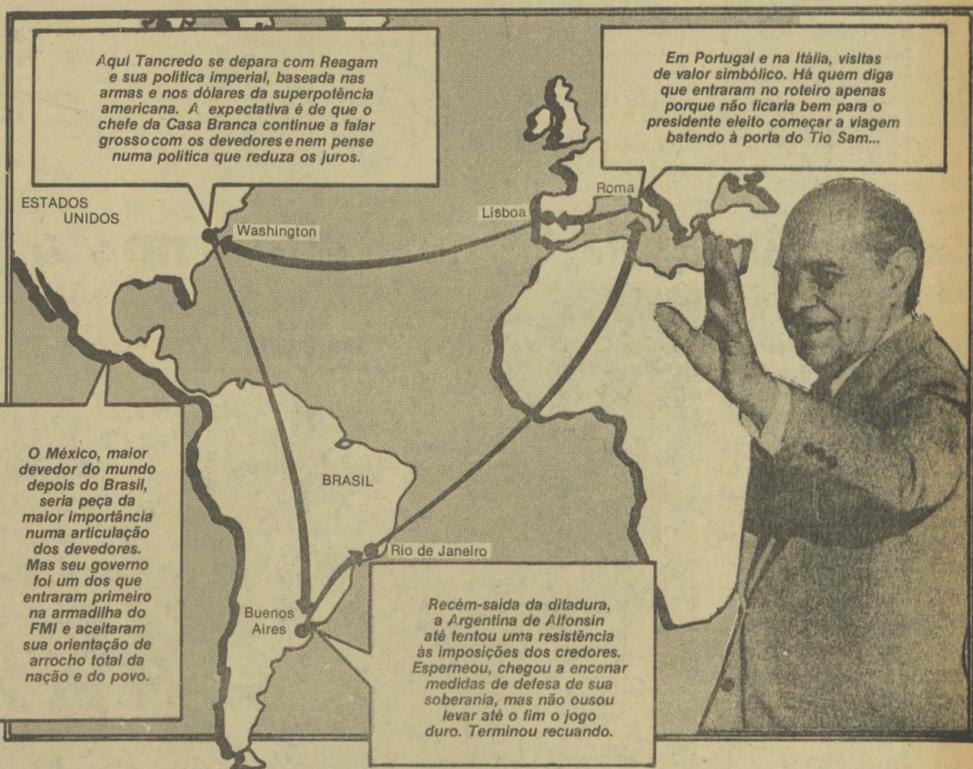
Comenta-se que a viagem teria um objetivo para o efeito interno pelo menos tão importante quanto o externo. Ausentando-se do país até as vésperas do Carnaval, Tancredo escapa ao assédio dos "ministeriáveis" que fazem fila à sua porta, à busca de postos no futuro governo.

Ainda assim, o périplo do presidente eleito tem importância para as relações exteriores brasileiras. E estas relações influem internamente, mais do que nunca desde o término da II Guerra Mundial. Em particular o problema da dívida externa, inflado e maltratado pelo regime dos generais, transformou-se numa cruz que o Brasil e seus filhos carregam.

JOGO DURO NOS EUA

Por isso as atenções se concentram na parte americana da viagem. Mas não se pense que na Europa Tancredo se limitará a visitar o Papa, como católico devoto que é, ou a visitar Portugal para relembrar os laços históricos que nos ligam a este país. Entre suas preocupações estará a possibilidade de alguns acertos visando aliviar a pressão dos banqueiros internacionais e dar mais folga nas conversas com Reagan.

Já nos Estados Unidos, o jogo será duro. Ao desembarcar em Washington, dia 31, Tancredo Neves encontrará Ronald Reagan recém-releito presidente da superpotência norte-americana e mais disposto do que nunca a desenvolver uma política imperial — através de armas, como na América Central, ou de dólares,



no restante da área de influência dos EUA.

Nessa política, a Casa Branca e a CIA, as multinacionais e os bancos norte-americanos, o FMI e as agências financeiras internacionais sob controle dos EUA agem sincronizadamente.

CONVERSA DE DEVEDORES

Tancredo queixou-se de que "os Estados Unidos ferem a nossa economia de maneira muito contundente, através de sua política de juros". E os juros americanos, posta à parte alguma flutuação conjuntural, tendem a se elevar e pesar ainda mais sobre o serviço da dívida brasileira, alimentados que são pelo colossal déficit público do governo Reagan. A expectativa é de que os EUA continuem a engrossar a voz, na hora de falar com os devedores, esperando destes obediência e sacrifícios. O presidente eleito terá a oportu-

nidade de conversar também com os chefes de Estado do segundo e do terceiro colocados no glório campeonato mundial da dívida externa (o primeiro é o Brasil): Miguel de La Madrid, presidente do México, e Raul Alfonsín, da Argentina.

Os dois países têm trajetórias distintas no tratamento da dívida. O México submeteu-se primeiro ao ditame do FMI, aceitando condições draconianas que os credores passaram a apresentar como exemplo para o mundo. Já a Argentina, escorada num movimento popular mais ativo e sob o impulso de um processo de democratização interna, tentou resistir. Esperneou por vários meses, chegou a encerrar medidas de defesa de sua soberania, mas não ousou levar até o fim o jogo duro. Terminou recuando.

Antes disso, porém, não só a Argentina e o México, mas diversos países latino-americanos ensaiaram um movimento coletivo de resistência, que levou à reunião dos devedores em Cartagena. E pode-se dizer que o Brasil funcionou no caso como um cavalo de Tróia a serviço dos EUA, fazendo corpo mole e esfriando o ânimo dos demais, já que nenhuma iniciativa séria poderia vingar sem o apoio ativo do principal devedor.

Tancredo deu a entender que seu governo dispôs-se a impulsionar essa "comunidade das nações devedoras que possam, em determinado momento, agir conjuntamente naquilo que diz respeito aos pontos que são comuns ao endividamento dessas nações". Não deixa de ser uma nota de esperança para o Brasil e as demais nações oprimidas do Continente.



Aurélio Peres fala das condições para um pacto

O chamado pacto social, aventado pelo presidente eleito Tancredo Neves, antes mesmo de ganhar um contorno mais preciso, tem gerado intensa discussão nos meios políticos e sindicais. A *Tribuna Operária* ouviu a respeito o deputado federal e metalúrgico Aurélio Peres, eleito por duas vezes graças aos votos dos operários da Zona Sul de São Paulo.

TO: Qual sua opinião sobre este tão comentado pacto social?

Aurélio: Esta é uma questão que está sendo discutida em princípio, pois não há uma proposta concreta. No entanto eu acho que pacto pressupõe concessões das várias partes, e é preciso explicitar esse pacto social, porque até agora ele está obscuro. Por enquanto fica difícil dizer se ele é contra ou a favor dos trabalhadores.

É preciso fazer aqui a distinção entre um pacto social e o que eu chamaria um pacto sindical. Eu acredito que um pacto social envolve questões mais amplas, inclusive as da política, as da dívida externa... Seria preciso discutir em toda a sociedade, abrir um grande debate público. Pode-se discutir também um pacto sindical, mais limitado.

TO: Que questões poderiam ser discutidas no nível sindical?

Aurélio: Os trabalhadores já foram brutalmente penalizados por 21 anos de ditadura. Mas e as outras partes? O que podem oferecer em qualquer negociação?

O setor empresarial tem que fazer concessões. Alguns pontos seriam:

As 40 horas de jornada semanal de trabalho. É uma reivindicação do conjunto do movimento sindical, que unifica os trabalhadores. Outro ponto seria a organização dos trabalhadores dentro da fábrica. Por que não reconhecer as comissões de fábrica, que já existem, por exemplo, na maioria das grandes empresas de São Bernardo?



Os trabalhadores não aceitam mais sacrifícios para dar lucros aos patrões e banqueiros internacionais

Seria indispensável ainda um compromisso de não dispensar os assalariados: a estabilidade no emprego.

E o governo? Teria que conceder a liberdade e autonomia sindical, porque os trabalhadores não podem mais ficar sob a tutela do Ministério do Trabalho.

Um terceiro ponto seria o direito de greve, pois não podemos continuar sem ter acesso amplo a tão importante instrumento.

E um quarto ponto seria que os salários não fossem em momento algum reajustados abaixo da inflação. Seria preciso, mesmo, rever os métodos de cálculo do INPC, com a participação dos trabalhadores, e definir os reajustes salariais sempre acima da inflação. O movimento sindical reivindica inclusive reajustes trimestrais.

TO: Mas argumentam que isso seria inflacionário...

Aurélio: Este argumento não é verdadeiro. E por quê? Porque, se o aumento dos salários fosse a causa da inflação, este país há muito tempo teria uma inflação zero, pois com 20 anos de arrocho salarial não se explicaria essa inflação de 230%.

O aumento salarial, mes-

mo acima da inflação, não é inflacionário. Pelo contrário, é benéfico para a economia, pois maiores salários implicam produzir mais bens, para os próprios trabalhadores consumirem.

Tivemos 20 anos de arrocho, e a inflação é 230 %

Eu acredito que o novo governo não pode aceitar tal teoria. Este argumento é da linha monetarista e não é possível continuar neste caminho desastroso. Por que não apontar como causa da inflação o problema da dívida externa? Por que não procurar formas de estancar essa sangria da nação? Os salários e o nível de emprego não crescem porque os recursos do país são carreados para fora. Uma segunda causa é o déficit público. Ainda agora foi anunciada mais uma emissão, de Cr\$ 3 trilhões. E lá se vai o cruzetinho, cada vez mais sem fundos...

TO: Quem teria condições de representar os trabalhadores?

Aurélio: Eu creio que esta é uma das grandes dificuldades atuais do Brasil: a

organização dos trabalhadores. A verdade é que ainda não temos hoje uma liderança ou uma organização autorizada a falar em nome dos trabalhadores. A CUT não os representa; é uma organização estreita, partidária até, que representa apenas um setor do movimento sindical. Se falamos em termos de Conclat, podemos dizer o mesmo, só que representa outro setor. E as Federações e Confederações sindicais são entidades cupulistas, distanciadas das suas bases e que na grande maioria não representam as aspirações dos trabalhadores.

TO: Então, como os trabalhadores se fariam representar?

Aurélio: Uma negociação assim teria que ser discutida amplamente pelos operários para unificar todas as correntes e encontrar uma forma de representação com amplo respaldo de massas.

Qualquer tentativa do governo Tancredo de assumir um compromisso isolado com qualquer um destes setores está condenada ao fracasso. Nenhuma articulação, hoje, tem liderança para implementar isso sozinho.

Juventude Socialista divulga programa do seu I Congresso

DATA: 6 a 10 de fevereiro de 1985

LOCAL: Centro Desportivo do Taramá, Curitiba, Paraná.

Dia 5: Recepção aos delegados.

Dia 6: Abertura com revoada de pombos, banda de música, fogos e saudação aos delegados, pela manhã.

A tarde, apresentação da peça teatral "Barro e Sangue".

A noite, debates sobre os temas: Universidade, Movimento Secundarista, Libertação da Mulher, Questão Sexual, Cultura e Droga.

Dia 7: Pela manhã, lazer e esporte (visita a locais históricos, jogos e natação).

A tarde, debate sobre a "Realidade Brasileira" — com os deputados Francisco Pinto, Haroldo Lima, Airton Soares e Alençar Furtado.

A noite, lançamento nacional do filme "A Guerrilha do Araguaia" (dirigido por Valdir Baptista). Em seguida, grande baile da juventude.

Dia 8: Pela manhã, lazer e esporte (passeio, natação, jogos e torneios entre Estados).

A tarde, show-comício pela Constituinte — com artistas e lideranças políticas de todo o Brasil, no centro de Curitiba. Depois, cinema.

A noite, debates alternativos sobre o tema: Ecologia e Meio Ambiente, Sindicalismo e Educação, e Juventude na Albânia Socialista.

Dia 9: Pela manhã, Primeira Corrida da Juventude (6.000 metros), natação, jogos.

A tarde, representação da peça "A Mãe", de Brecht, pelo grupo Petros de SP, convidando especialmente para o Congresso.

A noite, show musical — com Zé Geraldo, Grupo Andes, Rose Greca e outros grupos e artistas convidados de todo o país.

Dia 10: Pela manhã, debate sobre a Juventude e o Socialismo.

A tarde, aprovação do programa de ação, atividades para 85 e eleição da Coordenação Nacional da União da Juventude Socialista (UJS).

A noite, grito de carnaval e despedida das delegações.

Inscrição: taxa de Cr\$ 25 mil, com direito a alojamento, refeição, ingresso em todas as atividades programadas e certificado de participação.

Maiores informações na sede da UJS — Rua da Abolição, 311, CEP 01319, São Paulo (SP).

PT mais dividido após expurgo de deputados

O Partido dos Trabalhadores continua colhendo os amargos frutos da sua malfadada conduta política. A direção petista tem procurado meios para fazer cumprir a resolução do Encontro Nacional realizado em Diadema dias 12 e 13 — de expulsar das fileiras da organização os deputados federais Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes, por terem votado em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Mas tudo que tem conseguido é aprofundar ainda mais a crise e a divisão dentro do partido. Sem base legal, uma vez que a fidelidade partidária não é aplicável ao Colégio Eleitoral, os dirigentes do PT estão pressionando os parlamentares "dissidentes" a "desligarem-se espontaneamente" do partido — o que pode implicar na perda dos mandatos.

"Não cometi nenhum crime, votei de acordo com minha consciência e com a vontade do povo", disse o deputado Airton Soares depois de se reunir com Lula e Francisco Wefort na segunda-feira. "Querem me impor decisões adotadas por um mecanismo de consultas viciado dentro do partido. Hoje, a maior parte dos meus amigos e eleitores foi para o PMDB".

José Eudes, por seu lado, afirmou que a direção petista "é dominada por grupelhos de esquerda e setores sectários que tomaram o aparelho partidário". Acrescentou que "eles querem que a gente peça o desligamento para conseguir, na Justiça, nossa expulsão. Nessa eu não caio". Bete Mendes qualificou a punição de autoritária e opinou: "A direção do PT deveria reunir-se com as verdadeiras bases".

No interior do partido, multiplicam-se os protestos e a indignação contra a decisão do Encontro.



Eudes: PT é dominado por sectários

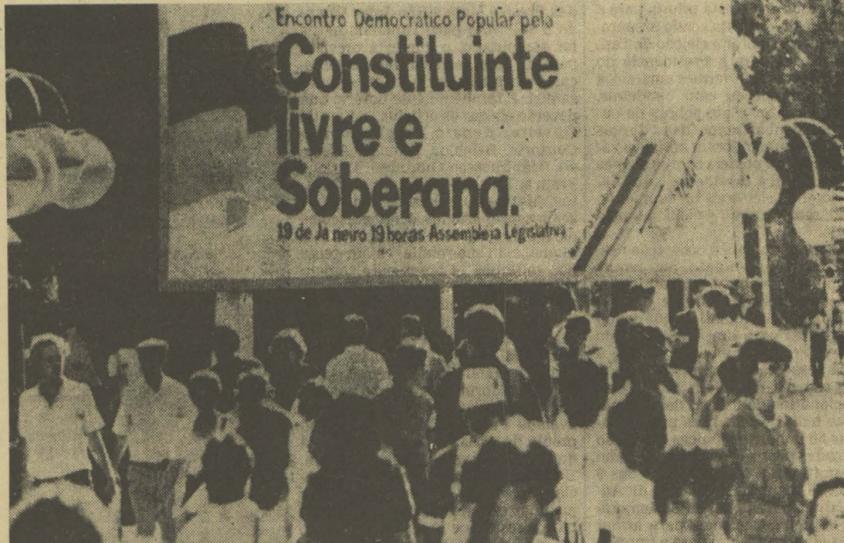
Vários membros do Diretório Nacional e da Executiva do PT e todos os deputados federais (à exceção de Djalmá Bom) querem a reconsideração das punições. O presidente do PT, contudo, julga que o episódio não está desgastando nem vai prejudicar o partido. "Estamos crescendo como mostram as pesquisas", diz Lula. No caso, ele faz alusão a uma recente pesquisa do Ibope que concede ao PT a preferência de 5,4% do eleitorado (algo em torno de 0,2% a mais do que os 5,2% que tinha em 82). Mas o líder petista "engoliu" todo o período compreendido entre o pleito de 82 e a eleição de Tancredo no Colégio. Conforme pesquisas do Gallup, a popularidade do PT chegou a 12% em junho de 84 e só começou a declinar em agosto, quando teve início a campanha de Tancredo e, também, a tática malufenta do partido — que tende a continuar conduzindo o PT no sentido desse surpreendente crescimento observado pelo líder — como rabo de cavalo.

Encontro pela Constituinte no Paraná

Realizou-se no Paraná, nos dias 19 e 20 deste mês, o Encontro Democrático e Popular pela Constituinte Livre e Soberana. Cerca de 1.500 pessoas estiveram no ato de abertura, prestigiado pelo senador Enéas Farias, pelo deputado federal Walmor Giavarina, pelo deputado estadual Roberto Requião e pelo vereador Haziel Pereira.

Durante dois dias, os Comitês Populares, as Associações de Moradores, sindicalistas urbanos e rurais, partidos políticos, movimento de mulheres e da juventude debateram o programa mínimo para o governo Tancredo Neves, o plano de emergência, o Brasil e a Constituinte, e a Mulher e a Constituinte.

Este Encontro, nascido de um imenso esforço de alguns setores da oposição, sofreu dois adiamentos resultantes de obstáculos colocados pelos que temiam a



O Encontro Democrático e Popular pela Constituinte foi precedido de uma ampla convocação

organização popular. Nos dias 19 e 20, os 40 comitês populares pró-Constituinte demonstraram a correção da proposta, participando ativamente do Encontro e obtendo saldos políticos fundamentais à organização dos embriões da unidade popular.

A defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, precedida das liberdades políticas e com ampla participação popular num grande movimento de massas, foi o que unificou o evento. Francisco Donizete, pela Comissão Estadual pe-

la Legalidade do Partido Comunista do Brasil, lembrou que quatro linhas fundamentais embasam hoje a luta do povo brasileiro: a soberania nacional, a reforma agrária radical, o cumprimento de um programa mínimo e de um plano de emergência, e a convocação de uma Constituinte livre e soberana. Pelas mulheres, falou Têlia Negrão, da União de Mulheres de Curitiba, afirmando que a prática democrática passa por um rico processo de aprendizado.

Agitando suas bandeiras, a União da Juventude Socialista carregou ao Encon-

tro uma grande quantidade de jovens, bradando palavras de ordem em torno do Ano Internacional da Juventude.

O conjunto de deliberações será entregue ao presidente eleito nos próximos dias. O Encontro decidiu, também, que os comitês de base devem ser imediatamente transformados em Comitês pró-Constituinte. O Comitê Estadual pró-Constituinte deve nascer dos esforços redobrados de todos os setores democráticos e populares, sendo tão ou mais amplo do que o movimento pelas diretas-já. (Têlia Negrão - Curitiba)

CEPS debate Transição Democrática e Saúde

Para marcar o início de suas atividades neste ano, o núcleo de saúde do CEPS (Centro de Estudos e Pesquisas Sociais) promoverá, nos dias 1, 2 e 3 de fevereiro um simpósio abordando as relações entre o momento em que vivemos de transição para a democracia e a questão da saúde:

Dia 1, às 20 horas, conferência sobre a "Transição Democrática — Perspectivas e Alcance", com o deputado federal Luiz Guedes (PMDB-MG).

Dia 2, às 9 horas, painel sobre a "Crise, Condições de Saúde e Assistência Médica", com o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Célio de Castro, e Luiz Roberto de Oliveira, professor da Faculdade de Medicina de Botucatu.

As 14 horas, painel sobre "Recursos Humanos e Tecnologia em Saúde", com o vereador Walter

Feldman (PMDB-SP); Otávio Azevedo Mercadante, chefe de gabinete da Secretaria da Saúde de São Paulo; Nilton Tornero, professor da Faculdade de Medicina de Londrina (PR) e Marília Cunha, presidente do Sindicato de Farmacêuticos de Goiás.

Dia 3, às 9 horas, painel sobre "Estrutura, Funcionamento e Financiamento do Setor Saúde", com Cid Magalhães, vice-presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo; José Maria Borges, secretário da Saúde de Belo Horizonte; Eurivaldo Sampaio de Almeida, da Faculdade de Saúde Pública (SP), e Sebastião de Moraes, secretário da Saúde de Itu (SP).

As inscrições estão abertas diariamente, das 13 às 18 horas no CEPS — rua França Pinto, 330, Vila Mariana. Fone: 575-2416. Taxa de inscrição: Cr\$ 15.000. Será fornecido certificado.

Receba em casa a **Tribuna Operária**

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Salários e inflação

A recuperação do poder aquisitivo dos salários é hoje uma das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. Para acompanhar a elevação vertiginosa do custo de vida os trabalhadores exigem reajuste trimestral, abono de emergência para compensar o que perderam com o arrocho promovido pelos generais, e o fim dos "expurgos" inventados por Delfim Netto para falsificar o índice do INPC. Enquanto isto persistem as pressões no sentido de responsabilizar os aumentos de salário pelo crescimento da inflação. É preciso desmascarar esta falsidade.

ARROCHO E INFLAÇÃO

De 1964 a 1984 o salário-mínimo passou de Cr\$ 42 para Cr\$ 166.560. Uma variação de 396.471%, portanto. Enquanto isto o custo de vida sofreu uma variação de 553.194%. Ou seja, um brutal arrocho salarial ao lado de uma disparada inflacionária.

O aumento de salário pode levar unicamente a uma redução da taxa de lucro dos capitalistas e jamais à elevação dos preços. Marx demonstrou isto há mais de 100 anos de forma irrefutável.

Karl Marx, na palestra sob o título **Salário, Preço e Lucro**, mostrou que a elevação dos salários levaria imediatamente a uma maior procura dos gêneros de primeira necessidade — já que é com meios de subsistência principalmente que os trabalhadores gastam o que recebem. Haveria então momentaneamente uma elevação dos preços destas mercadorias — pelo aumento da procura. Mas seria apenas uma elevação passageira.

TAXA DE LUCRO

Os capitalistas que não produzem gêneros de primeira necessidade não poderiam aumentar os seus preços — pois a procura destes produtos não seria ampliada. Em consequência, sua taxa de lucro seria reduzida, na mesma proporção da elevação dos salários. Além disto, como esta parte dos ricos teria receitas reduzidas, cairia também a procura dos bens mais sofisticados que eles compram normalmente. Com isto haveria necessariamente uma queda dos preços destes produtos, acentuando mais ainda a redução da taxa de lucros destes setores capitalistas.

A diferença na taxa de lucros entre os diversos ramos industriais leva forçosamente a um deslocamento de capitais para o setor mais lucrativo — e, portanto, a uma elevação da oferta de gêneros de primeira necessidade. Ao se restaurar o equilíbrio entre a procura — ampliada pela subida dos salários — e a oferta — ampliada pelo deslocamento de capitais —, restauram-se os preços anteriores e equilibram-se novamente as taxas de lucros dos diversos ramos de produção. No fim do processo a única alteração é a baixa geral na taxa de lucros dos capitalistas — além da mudança relativa na quantidade de bens de subsistência e de bens de luxo fabricados na sociedade. É isto que certos economistas e tecnocratas pretendem esconder. Defendem o lucro e não o controle da inflação.

CONTRA O FMI

Mas não se prende apenas a isto a necessidade de aumentar o salário real dos operários. No Brasil, arrasa a recessão imposta pelo FMI, não se pode falar seriamente em retomar o desenvolvimento sem criar-se um sólido mercado interno simultaneamente. Elevar o poder aquisitivo do povo é uma condição básica para o crescimento da indústria e da agricultura. Não se pode mais admitir a surrada e desmoralizada teoria de que "exportar é a solução". Reduzir os super-lucros, impedir a especulação desenfreada no mercado financeiro, suspender o pagamento da dívida externa: é por este caminho que se pode iniciar o combate à inflação.

(Rogério Lustosa)

Para a Constituinte ser livre

Vitorioso Tancredo Neves, a eleição da Assembléia Nacional Constituinte ganha o ímpeto de uma força da natureza. Tancredo tem compromisso assumido com a Constituinte, livre e soberana. Há ainda, contudo, questões preliminares vitais em debate. Elas determinarão, em última análise, o grau de liberdade e soberania que a Assembléia de fato vai ter.

A primeira e mais importante condição prévia é a conquista do governo de transição democrática, legitimado, se não pelo voto, pelo aplauso da maioria dos brasileiros. Sem esta mudança, que marca o fim do regime dos generais, a Constituinte seria uma utopia ou, pior, uma farsa.

O movimento popular sempre frisou este ponto: Constituinte sim, mas num novo regime. Sob o tacão militar não haveria liberdade para elegê-la, nem soberania em seu funcionamento.

Nossa história registra um triste exemplo de Constituinte sob o despotismo: a de 1823, dissolvida a poder de sabres e canhões porque o imperador Pedro I considerou seus resultados excessivamente liberais.

Uma ameaça do gênero fica esconjurada, esperamos, com a posse de Tancredo em 15 de março. Em vez do poder militar imposto teremos um governo civil de ampla coalizão, comprometido com a democracia. E teremos todo um povo, escolado na resistência à ditadura e na magnífica campanha das diretas, disposto a exercer a liberdade alcançada.

Será possível, assim, abrir caminho para a Constituinte, varrendo as principais imundícies ditatoriais da Constituição vigente, das leis e instituições, dos hábitos e costumes da República.

Não será tarefa pequena. Vai ser preciso jogar para sempre no lixo monstrosos como a Emenda Constitucional número 1 e a Lei fascista de Segurança Nacional; limpar do ranço autoritário as Leis de Greve e de Imprensa; legalizar todos os partidos; garantir plena autonomia aos sindicatos; reconhecer as entidades estudantis — criar, enfim, um clima de real liberdade de organização, expressão e manifestação. E, para isto, desmontar a máquina militar-policial de repressão e espionagem, o SNI, os DOI-CODs, seus tentáculos paramilitares e congêneres.

Medidas gerais deste teor são indispensáveis para, por assim dizer, desinfetar a atmosfera política. Todavia, é preciso descer a providências mais concretas e específicas. Vejamos algumas, mais importantes:

Quem vota? Analfabetos e soldados também são cidadãos brasileiros

Até hoje, para vergonha nacional, o sistema eleitoral brasileiro não admite o sufrágio universal. As praças de pré (soldados, cabos, sargentos) e os analfabetos, que formam 27% da população maior de 18 anos, arcam com todos os deveres de cidadãos mas não podem votar.

A discriminação tem sentido de classe. No Império, quando boa parte dos senhores de terras e escravos eram iletrados, analfabeto votava. Vigorava, porém, o sistema censitário, em que só eram eleitores os mais ricos, com renda anual acima de tantos mil-réis. Com a República desapareceu o voto censitário mas ficou no seu lugar a restrição aos analfabetos, como forma de reduzir o peso eleitoral do povo pobre.

O fim de tamanha injustiça é antiga reivindicação democrática. Há meio século, a Aliança Nacional Libertadora já exigia o direito dos analfabetos e praças votarem. A elite governante até hoje não cedeu. Mas a atual maré democratizante e a luta do povo podem vencer sua teimosia.

A restrição aos analfabetos revolta sobretudo porque cassa os votos de mais de 22 milhões de cidadãos. Seus defensores usam argumentos elitistas e fascistoídes. Sustentam



que analfabeto não sabe votar, como diziam ainda ontem que o povo não sabe votar.

Ora, o grau de instrução não garante o acerto ou erro do voto. Os analfabetos não o são por desejo, mas devido às mazelas de nosso ensino. Devem votar, inclusive para eleger governos que os alfabetizem. Além disso, no mundo do rádio e da televisão é bem mais fácil orientar-se na política sem ler. Os analfabetos votam em países mais atrasados que o Brasil, como a Bolívia e o Equador. A Índia realizou eleições gerais, há menos de um mês, com 215 milhões de eleitores analfabetos!

A discriminação das praças causa mais repulsa pelo descaramento. Diz-se que soldado não vota porque as Forças Armadas não se metem em política. Os oficiais, porém, votam. Esta norma de duas caras visa fazer da tropa um instrumento dócil ao comando da cúpula fardada, que não se peja sequer em impor pela força seu monopólio sobre o poder — vide 64.

É hora, portanto, de conquistar no Brasil aquilo que na Europa já vigora há mais de um século: o sufrágio universal, com o qual todo cidadão vota, independente de sexo, classe, raça, profissão ou instrução.

Vota em quem?

Não poder haver democracia real sem legalidade para comunistas

Uma reforma partidária tornouse hoje inevitável e até consensual. No Brasil, dadas as frouxas raízes dos partidos na sociedade, isso é rotina toda vez que há mudanças de conjunto na cena política. Foi assim em 1889, em 1930, em 1945, em 1964. E assim será em 1985.

A reforma tem um sentido prático. O mapa partidário foi bagunçado na disputa sucessória e ainda deve sofrer deslocamentos. Os absurdos entraves legais para a formação de partidos devem ser abolidos. Certo. Mas a pedra de toque para avaliar o conteúdo da reforma está na liberdade partidária, inclusive e especialmente para os comunistas.

Por quê? O Partido Comunista do Brasil ocupa um lugar à parte, não só por seu caráter proletário e revolucionário ou por seus inéditos 63 anos de idade. Ele se distingue também por só ter gozado de vida legal uns poucos meses após sua fundação, em 1922, outros tantos em 1929 e dois anos entre 1945/57

Em 1823 o imperador Pedro I mandou a tropa dissolver a Constituinte; hoje o movimento popular luta para que o mau exemplo não se possa repetir

(quando teve papel importante na defesa dos interesses populares dentro da Constituinte de 1945). As forças da reação no poder fincam o pé nessa segregação, tanto para combater o comunismo como para vitimar o conjunto dos setores progressistas. Durante as duas últimas décadas, por exemplo, todos os democratas sem exceção sofreram na pele o raivoso anticomunismo da ditadura militar.

A legalidade é assim uma bandeira de interesse direto de todas as forças democráticas. E mais ainda porque a sombra da ilegalidade pesa sobre outras organizações, que têm igualmente direito à vida legal.

O apoio à legalização generaliza-se. Há dias ela foi defendida inclusive (sinal dos tempos) por Marco Maciel e José Sarney, expoentes do PFL. Mas ela encontra também inimigos encarniçados. O general Euclides Figueiredo, irmão do general-ainda-presidente João Figueiredo, tachou-a há um mês de "pretensões descabidas" de "movimentos que não merecem as liberdades democráticas porque as desprezam em seu ideário". É um argumento hipócrita, ainda mais vindo de um golpista de 64. Afinal, 63 anos chegam de sobra para julgar o ideário de um partido. E há 63 anos o PC do Brasil luta pelas causas democráticas, assim como figura entre as primeiras vítimas do arbítrio sempre que a democracia é violentada.

Felizmente, parecemos caminhar para dias em que não caberá aos generais julgar o ideário dos partidos. E o povo que lotou as praças no último ano não tem vacilado em aplaudir as bandeiras vermelhas e os discursos arrojados dos comunistas. Caberá a ele a palavra final sobre a legalidade e o espaço a ser ocupado pelo PC do Brasil.

A liberdade de organização partidária compreende outras mudanças igualmente relevantes, como a liberação das coalizões entre partidos, banidas pelo general Figueiredo com o "pacote de novembro" de 1981.

Esta questão cresce de importância porque continuará na ordem do dia, pelo menos até a Constituinte, tarefas democráticas que interessam a um arco bastante amplo de forças políticas. Ao mesmo tempo, a eleição da Constituinte deve coincidir com a dos governos estaduais. Alianças eleitorais serão a forma natural de harmonizar a luta comum por objetivos determinados com a defesa da fisionomia própria de cada partido.

Vota no quê?

Um grande debate na TV e nas ruas sobre como este país deve ser

Pode-se dizer que a tarefa da Constituinte é fixar as regras do jogo, as normas políticas, sociais, econômicas, jurídicas da vida nacional. As normas atuais, deixadas pela ditadura, caducaram. Disso ninguém duvida. Mas na hora de definir o que vai substituí-las o consenso some.

Entram aí classes sociais distintas, com representações políticas e interesses próprios, conflitantes e até opostos. O que serve aos operários desagradará os patrões. O que

ajuda os trabalhadores da terra enraivece o latifúndio. O que reforça a independência e soberania na nação conflita com o capital estrangeiro e seus testas-de-ferro.

Aberta ou camufladamente, cada deputado constituinte puxará a brasa para a sardinha dos interesses que defende. Haverá, portanto, uma luta intensa, de classes, em torno da nova Constituição. E a correlação das forças nesta luta dependerá em grande parte do nível que ela atingir fora da Constituinte, no debate que vai precedê-la em toda a sociedade.

Para as classes exploradoras é vantajoso reduzir ao mínimo a discussão das questões substanciais em jogo. Elas detêm o poder econômico e tradicionalmente dominam a cena política, mas são numericamente inexpressivas. Por isso, quanto mais amplo, profundo e livre for o debate, menos representantes conseguirão na Constituinte. Do ponto de vista delas o ideal seria uma eleição parecida com uma campanha eleitoral ordinária, dentro dos velhos limites e vícios.

Já as forças populares, sempre oprimidas, jogadas à margem da vida política, têm interesse num debate intenso, aberto, mobilizador. E não é para menos: seria uma ocasião privilegiada para elas acumularem energias e despertarem aqueles contingentes do povo ainda passivos, anestesiados, que formam a reserva eleitoral da elite dominante.

No discurso da vitória, dia 15, Tancredo Neves convocou todos ao "grande debate constitucional". Propôs a discussão "em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos", sobre "os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social". Cria-se assim a expectativa de que haverá discussão de fato, franqueada à participação popular.

Hoje, debate aberto quer dizer debate pelo rádio e televisão. E torna-se pressuposto indispensável à Constituinte entrar para sempre a famigerada "Lei Falcão", que amordaça a campanha eleitoral nos meios de comunicação de massas. Isto não contraria nem substitui a campanha de massas propriamente dita, nas ruas, nos comícios, no contato direto com o povo. Pelo contrário, só pode contribuir para dar-lhe impulso.

Os candidatos e partidos, sem exceção, precisam ter acesso amplo ao rádio e à TV, para expor seus programas, sua visão dos problemas nacionais e suas propostas para a Constituinte. O franqueamento deve iniciar-se já no curso da reforma partidária, antes mesmo da campanha eleitoral propriamente dita, para que o público possa se familiarizar com as legendas existentes. E os horários devem contemplar todos os partidos em igualdade de condições, sem favoritismo nem discriminação. Caberá ao eleitorado decidir, nas urnas, o peso de cada um. (Bernardo Joffily)

Na próxima edição concluiremos o exame dos pré-requisitos para a Constituinte:

— Como se vota — fim das distorções na representação dos Estados, sistema distrital ou proporcional, abertura dos currículos eleitorais.

— Quando se vota — Constituinte em 1985 ou em 1986.

— Para que se vota — limitações de classe da Assembléia Constituinte, mediação e futuras do movimento popular.

DE OLHO NO LANCE

A oposição do PDS

O líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, afirmou — muito sensato — que "é uma estupidez" fazer oposição ao novo governo desde já. E acrescentou que o propósito de sua agremiação "é contribuir para o processo de democratização do país".

O presidente Figueiredo, por sua vez, reclamou que não está sendo consultado para a reformulação do partido, embora seja presidente de honra do PDS. Quando o regime estava de pé, S. Excia dava ordens!

Esta situação de indefinição e de confusão é fruto da própria história do PDS. Durante toda a sua vida foi o partido do governo. Aliás foi criado para funcionar como sustentação parlamentar dos generais no poder. Não sabe ser oposição. Não fica de pé sem os benefícios governamentais. Não sabe atuar sem os favores oficiais para corromper e comprar posições.

Dai a grande dificuldade dos malufistas para utilizarem esta legenda falida em defesa de suas concepções fascistas e agressivas. A tendência forjada na convivência de tantos anos de arbítrio é para a bajulação, para o peleguismo e para a subserviência. Neste terreno não existem princípios. Mesmo a contragosto, o impulso é para aderir.

Flagelo da cheia em Minas, Espírito Santo e São Paulo

Dezenas de mortos e milhares de famílias flageladas. O trágico saldo das cheias no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo agrava a miséria e o desespero dos trabalhadores abrigados em moradias que, entre outras inconveniências, não oferecem as mínimas condições de segurança perante eventuais calamidades.

No Espírito Santo, o Estado mais atingido até o momento pelas fortes chuvas, dezenas de pessoas morreram em consequência de deslizamentos de pedras e barrancos e da obstrução e destruição de estradas. Além disso, quase metade da produção agrícola está sujeita à ruína.

MORADIAS DESUMANAS

No dia 15, o desabamento de uma enorme pedra no bairro proletário de Tabuazeiro, em Vitória, fez mais de 100 vítimas fatais. Somente 40 corpos foram retirados até a semana passada; há muito que a pedra ameaça os moradores. Apesar das reivindicações para que fosse deslocada, nenhuma medida foi adotada nesse sentido e acabou deslizando sobre os barracos do bairro.

Na Grande Vitória, é considerável o número de favelas e habitações precárias construídas nos morros e mangues sem infraestrutura sanitária e expostas a vários riscos. Nesses locais, a enchente produziu grande quantidade de vítimas e desabrigados.

Nos últimos anos, as chuvas tornaram-se um flagelo para milhares de trabalhadores capixabas. Em 1979, ocorreu uma calamidade semelhante, agravada pelo descaso com que o governo estadual tratou o problema naquele ano. Agora, o governador Gerson Camata deu total apoio aos flagelados e prometeu ajuda para a construção de conjuntos habitacionais e contenção de concreto aos que moram nas encostas perigosas da Grande Vitória. No dia 15, ele encontrava-se em Brasília para acompanhar a votação do Colégio Eleitoral e retornou a Vitória no mes-



As enchentes levaram ainda mais desespero às casas dos trabalhadores. O prefeito de BH negou audiência às vítimas

mo momento em que soube da tragédia no bairro Tabuazeiro.

MORTE E DESESPERO

Em Minas Gerais, cerca de 30 pessoas haviam morrido até quarta-feira da semana passada em consequência das chuvas que vêm caindo desde o dia 21 de novembro no Estado. O quadro de desolação se completa com milhares de desabrigados e a falta de preparo dos órgãos competentes para enfrentar o estado de calamidade em que se encontram as favelas de Belo Horizonte e algumas cidades do interior.

Várias casas e pontes destruídas, estradas interditadas e prejuízos incalculáveis para a população. Só na capital, 15 pessoas morreram soterradas ou afogadas. Em um dos bairros mais atingidos pela cheia, o Alto Vera Cruz, as famílias perderam seus barracos devido à cheia do Rio Arruda e estão em situação precaríssima. O presidente do Centro de Ação Comunitária (CAC) do bairro, Ivan Mateus Dutra, resume a situação: "É péssima", diz, "os flagelados estão em um local sem mínimas condições. As promessas feitas pelas autoridades ainda não foram



Foto: Evandro Santiago

cumpridas e o povo quer ser indenizado pelas perdas decorrentes das chuvas".

Cerca de mil favelados da região de Belo Horizonte se concentraram no saguão de entrada do gabinete do prefeito na manhã do dia 21, reafirmaram as reivindicações encaminhadas ao prefeito Ruy Lage e esperam uma solução a mais breve possível para o problema.

A Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte, juntamente com os vereadores Francisco Luciano e Helena Greco, tem dado todo o apoio possível aos flagelados e intermediado o relacionamento dos moradores com as autoridades. O prefeito da capital, numa atitude bastante criticada,

negou-se a receber os desabrigados.

MENINGITE E RATOS

Em São Paulo, o transbordamento dos córregos Rincão, Tiguatira e Aricanduva, na Zona Leste da capital, deixou cerca de 3 mil pessoas desabrigadas, expostas ao risco de doenças. Até a última quarta-feira, duas pessoas haviam morrido na região. Em Cubatão, 2.500 pessoas ficaram desabrigadas na vila Oerusu.

No bairro São Miguel Paulista (capital), muitas pessoas foram mordidas por ratos e estão sob observação médica, enquanto em Itaquera (onde pelo menos 500 casas foram inundadas) há a ameaça de meningite e leptospirose. (das sucursais)

40 mil autárquicos realizam greve por reajuste salarial

Após três dias de greve, os 40 mil funcionários das universidades autárquicas encerraram com êxito o seu movimento nacional de protesto no último dia 24. A paralisação, que atingiu escolas federais e isoladas de todo o país, teve como objetivo pressionar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a estender um reajuste salarial de emergência de 20%, já concedido aos docentes universitários.

Segundo a presidenta da Fasubra (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras), Vânia Galvão, o movimento de protesto serviu para cobrar uma promessa feita pela ministra Esther de Figueiredo Ferraz. "Durante a nossa greve do ano passado, a ministra da Educação assumiu publicamente o compromisso de que nós teríamos esse reajuste complementar em janeiro de 1985. A greve foi decretada para que ela cumprisse seu compromisso". Apesar da coesão dos grevistas, até o final do movimento a ministra insistia em não cumprir sua palavra, afirmando que o governo que termina seu mandato "não tem condições de atender essa reivindicação".

No encerramento dos três dias de greve foram feitos atos públicos em vários Estados. Os servidores da Universidade Federal de Minas Ge-



Foto: Luis Antonio

Vânia: "promessa feita publicamente"

rais (UFMG) realizaram manifestações na escadaria da escola de música, no centro de Belo Horizonte. Os 3.500 funcionários que pararam totalmente a Escola Paulista de Medicina também tinham programada uma manifestação pública. Durante o movimento os servidores receberam inúmeros apoios, como do pró-reitor da UFMG e da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), que emitiu uma nota manifestando solidariedade aos grevistas e repudiando a postura discriminatória do MEC.

Congresso da CPB rejeita filiação à CUT petista

Com a participação de cerca de 5 mil professores de todo o país, entre delegados, observadores e ouvintes, realizou-se em Vitória do Espírito Santo, de 17 a 22 de janeiro, o 18º Congresso da CPB (Confederação dos Professores do Brasil). Na ocasião os docentes discutiram e aprovaram resoluções referentes às questões específicas, sindicais e nacionais.

Entre as reivindicações salariais dos professores a nível nacional, o Congresso aprovou a luta pela trimestralidade, reajuste com base no INPC integral, piso salarial de três salários mínimos e a garantia em lei do 13º salário — entre outros itens. No tocante à questão educacional, os docentes decidiram lutar pelo ensino público e gratuito, cumprimento da Lei Calmon, elaboração de uma política educacional com a participação do magistério e da comunidade e uma campanha nacional pela erradicação do analfabetismo. O Congresso deliberou também pela participação da CPB no Conselho Federal de Educação.

DERROTA DA CUT

Uma das discussões que mais polarizou os debates no encontro foi sobre a filiação da entidade dos professores à CUT — central sindical petista. O PT montou um poderoso parque gráfico no local para tentar aprovar a filiação: panfletos e mais panfletos foram distribuídos na tentativa de ganhar os delegados para esta posição; o coordenador nacional da CUT, Jair Meneghelli, chegou

a montar um plantão de vários dias a fim de coordenar as atividades da bancada petista no Congresso; até a presença de Lula era aguardada para tentar influenciar a votação. Apesar de todo este aparato, os delegados presentes decidiram que a CPB não se deve filiar à CUT; e mais do que isto, deve lutar pela reunificação do movimento sindical, propondo como primeiro passo neste rumo a realização de um congresso unitário do sindicalismo brasileiro.

Já na discussão sobre política nacional venceram as propostas mais sectárias e exclusivistas do PT. Aproveitando-se do esvaziamento do plenário os petistas conseguiram aprovar a luta pelas diretas-já e pela Constituinte em 1985 — apesar de vários oradores lembrarem que estas resoluções marginalizariam os setores populares nestas batalhas. Por último foi eleita a nova direção da entidade: a chapa apresentada, fruto de um conchavão, não conseguiu agarrar a maioria dos delegados — o número de abstenções, votos em branco e nulos foi maior do que os dados à nova diretoria!

Baianos comemoram 150 anos da rebelião negra dos malês

A Bahia comemora este ano, a 25 de janeiro, o 150º aniversário da "Revolta dos Malês", insurreição de negros muçulmanos escravos em Salvador, em 1835. A bravura e a valentia dos revoltosos foram vencidas pela força das armas e da quantidade da guarda do sistema escravagista. Quase uma centena de negros foram mortos, outros presos e degredados.

Passados 150 anos, diversas entidades da comunidade negra da Bahia decidiram comemorar essa data. Durante a Lavagem do Bonfim, festa mais popular do Estado depois do

carnaval, fizeram a mesma caminhada percorrida pelos negros malês em 1835. Depois realizou-se um festival de música, no terreiro de Jesus. No dia 24 foi realizada uma mesa redonda na Sociedade Protetora dos Desvalidos, a mais antiga entidade da comunidade negra baiana, sobre a visão popular da revolta.

Realiza-se também um seminário na Faculdade de Filosofia da UFBA com o conferencista Clóvis Moura, historiador, autor do livro "Rebeliões da Senzala". O seminário termina dia 30 de janeiro. (da sucursal)

Trabalhadores das estatais de São Paulo fazem manifestação

Mais de 2 mil trabalhadores das empresas públicas estaduais e municipais estiveram concentrados das 11 às 13 horas de quinta-feira em frente à Secretaria Estadual do Trabalho, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Eles reivindicam do governo Montoro o reajuste salarial com base em 100% do INPC para todas as faixas salariais; 20% de reposição salarial; reajustes trimestrais; abono de férias de um salário; 10% para reequilíbrio; piso de 3 salários mí-

nimos; anuênio de 1% e estabilidade no emprego.

Participaram da manifestação (que integra a campanha unificada da categoria) funcionários da Cepam, CET, Conesp, Emplasa, Fide, Fundap, Prodam, Prodesp, IPT, Seade e Terrafoto. Na ocasião, as reivindicações foram entregues ao secretário do Trabalho, Amílcar Pazianoto, e as entidades divulgaram uma carta aberta à população.

Ameaça e agressão a posseiros do Pará

Após o covarde assassinato do líder camponês Quintino, continua a escalada de violências contra os posseiros da região de Viseu, no Pará. Na semana passada, um latifundiário ameaçou de morte, publicamente, o deputado Paulo Fonteles (PMDB), que tem se destacado na defesa dos camponeses da área. O mesmo fazendeiro declarou possuir um exército de pistoleiros "armados até o talo" para combater os lavradores. Além de Fonteles, também estão ameaçados de morte Abel, Maria do Socorro e João Batista — todos lideranças bastante respeitadas pelos posseiros da região.

DESTRUIÇÃO E VIOLÊNCIA

Em outra área do Pará, na região de Castanhais, a arbitrariedade contra os lavradores também é grande, conforme denunciam os vereadores Valdir Machado e Crispim Manoel Santana — este último também presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara. No último dia 17, 18 pistoleiros investiram furiosamente contra os posseiros da localidade de Dois Irmãos, destruindo a fogo todas as 16 casas existentes na vila. Os assassinos espancaram lavradores, entre eles Leônidas Ramos dos Santos, casado, pai de sete filhos — que ainda foi rouba-

do em Cr\$ 700 mil. Outro lavrador, Francisco Pereira, teve sua barba cortada com facão.

O delegado sindical Lázaro e mais dois camponeses, conhecidos por Baiano e Trapreiro, foram presos e raptados pelos pistoleiros. Outro lavrador levou um tiro na orelha. Os jagunços ainda saquearam a vila, levando cinco espingardas, três relógios, dois rádios, um revólver e um total de 1,3 milhão de cruzeiros em dinheiro. Também destruíram duas carroças e queimaram o paiol de arroz pertencentes ao posseiro Sebastião Soares de Souza. Elizabeth, esposa do dirigente sindical Lázaro, encontra-se em desespero por não saber o paradeiro de seu marido.

Após a selvageria, os pistoleiros fizeram nova ameaça ao deputado Paulo Fonteles, afirmando serem jagunços do grileiro Almir Moraes. Fruto da violência, cerca de 150 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, encontram-se em um barraco próximo ao local do ataque, em estado de insegurança e aflição. Todos os lavradores têm direito de posse adquirido, pois trabalham na terra há três anos, e já reivindicaram do governo do Estado medidas para conter a grilagem. (Valdir Machado e Crispim Manoel Santana, vereadores no Pará)



No ato foram relatadas as violências contra os posseiros

Ato relembra Quintino

São Paulo prestou sua homenagem ao líder camponês Quintino, assassinado no início do mês no Pará, num ato realizado na Assembléia Legislativa, dia 23 à noite. Cerca de 150 pessoas lotaram as dependências do plenário Teotônio Vilela. Sindicalistas, estudantes, representantes de entidades, o deputado Mauro Bragato (PMDB) e o representante do PC do B prestaram sua solidariedade a todos os camponeses que tombaram na luta pela terra em nosso país.

Eustáquio Vital, diretor do Sindicato dos Me-

talúrgicos de São Paulo, coordenou a mesa e na abertura declarou que aquele ato "representa para nós a unidade operário-camponesa". E conclamou a necessidade dos camponeses contarem com "um apoio cada vez maior dos trabalhadores da cidade".

Também foi lido um telex recebido algumas horas antes de Xinguara relatando as atrocidades cometidas por jagunços contra posseiros. Um representante declarou uma poesia de sua autoria homenageando "aqueles que levantam a voz contra os latifundiários".

Nasce a combativa comissão de fábrica da Mafersa

Numa importante empresa de São Paulo, a Mafersa, os metalúrgicos estão comemorando a conquista de um velho sonho: o reconhecimento de sua comissão de fábrica. Na semana passada houve o pleito para a escolha dos 12 membros do organismo, que terão estabilidade no emprego para atuar na mobilização e organização dos 1.200 funcionários da firma.

A Mafersa é uma das empresas mais mobilizadas e organizadas da capital paulista, sendo respeitada pelo conjunto da categoria. E isto não é de hoje: sua tradição de luta é antiga. Antes do golpe militar de 1964, os trabalhadores da Mafersa possuíam forte organização interna.

Na época, a luta maior era contra o fechamento da indústria, que estava em processo de falência. Graças ao intenso combate, a empresa que produz material para indústria ferroviária foi estatizada — sendo dirigida até hoje pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Com o golpe dos generais, o movimento operário foi durante reprimido e os ativistas da Mafersa não ficaram imunes à violência. Poucos dias após a ação golpista, a fábrica amanheceu cercada por soldados, armados de metralhadoras, e vários operários foram presos — lotando dois ônibus militares. Ainda hoje a chefia ameaça os ativistas que reorganizam a comissão de fábrica, lembrando a história: "Lembrem-se que as lideranças já levaram muitas borrachadas", comentam alguns carrascos.

Advertências e várias demissões

O ressurgimento das greves operárias em 78/79 ocasionou a retomada do trabalho sindical no interior da Mafersa. Em 81, a empresa já despontava como uma das mais organizadas da capital. Um grupo de ativistas que não agia abertamente dirigiu a luta contra o facão — uma onda de demissões que resultou na dispensa de 120 operários. Logo depois, atuando já na semi legalidade e com maior respaldo no coletivo da empresa, o grupo de



Alguns dos membros da comissão de fábrica: eleitos democraticamente para mobilizar e organizar os operários

fábrica encabeçou a luta contra a privatização da empresa.

Outro pique na organização interna foi dado a partir de maio de 83. Um novo problema estourou e o grupo de ativistas soube capitalizar a revolta dos operários: os generais impuseram um decreto impedindo as empresas estatais de darem aumentos salariais e promoções — seguindo as imposições do FMI. Imediatamente a luta contra estas restrições empolgou todos os trabalhadores da Mafersa e numa grande assembleia, realizada no pátio, uma reivindicação já se destacava: a comissão de fábrica.

Durante todo este processo a direção da empresa agiu com grande violência contra os ativistas. No setor do Seac, por exemplo, vários operários foram ameaçados de demissão, "caso continuem a falar em comissão" — repetiam os chefes da seção. Na Linha de Montagem vários ativistas foram isolados, não podendo manter contato com os operários das outras seções; não podiam nem usar os banheiros das outras áreas ou percorrer os corredores da fábrica.

Segundo cálculos feitos pelos membros recém-eleitos da comissão, nestes dois últimos anos mais de 60 lideranças sofreram advertências por escrito da direção da empresa. Nesta encarniçada luta, alguns dos principais articuladores e organizadores da comissão de fábrica foram demitidos sumariamente, inclusive ci-

peiros com estabilidade no emprego.

Pressão conquista o reconhecimento

Mas a repressão não conseguiu conter o anseio dos 1.200 funcionários, principalmente dos aproximadamente 800 da produção. Para furar o bloqueio repressivo, o grupo de fábrica contou com um importante instrumento: o jornal "O Trem", um boletim interno, que nos seus quatro números causou grande repercussão entre os operários e gerou o ódio da chefia e da administração central da empresa.

O reconhecimento da comissão começou a se tornar realidade em setembro passado. Aproveitando-se do movimento na categoria pela antecipação salarial, o grupo de fábrica encabeçou a luta pela concessão do reajuste. Numa reunião com mais de 150 ativistas, os operários da Mafersa deliberaram exigir 30% de aumento real, estabilidade de um ano e o reconhecimento da comissão. Como forma de pressão, decidiram boicotar o almoço no refeitório da firma no dia da negociação com o sindicato.

O movimento conseguiu total adesão do conjunto dos operários: apenas 11 pessoas da produção, um chefe e um gerente almoçaram no refeitório. Pressentindo a greve caso não houvesse concessões, a direção da empresa apresentou sua contraproposta: 20% de antecipação, estabilidade de três meses e o reconhecimento da comissão. A contraproposta foi aprovada com grande animação, mas não pelo reajuste e pela estabilidade, que eram bem aquém do que foi pedido. Saudou-se na assembleia como grande vitória a legalização da comissão!

Estatuto mais democrático

Após reconhecer o direito de os operários se organizarem livremente no interior da fábrica, a direção da empresa ainda não se deu por vencida. Derrotada no intento de impedir a formação legal, tentou torná-la amorfa, sem força. Nas negociações do estatuto, a direção da firma quis impor várias restrições: só poderiam ser candidatos a membros da comissão os funcionários com mais de cinco anos de casa; eles não poderiam ter nenhuma advertência das chefias e do Departamento Pessoal, sendo "exemplares". Seu objetivo era impedir a eleição de operários combativos, a maioria novos de casa e com repreensões. A empresa queria uma comissão a pelegada, que servisse aos seus interesses!

Conforme relata Valmir de Almeida, eleito vice-coordenador da comissão, "não aceitamos estas imposições. E após muitas brigas, conseguimos romper estas barreiras e fazer um dos estatutos mais democráticos dos existentes nas fábricas paulistas". Realmente, o estatuto da Mafersa é o menos restritivo, comparando-se aos de outras comi-

sões. Diferente dos outros, permite a participação dos mensaisistas, ampliando sua base de atuação na empresa. Só não participam da comissão os funcionários que exercem cargos de chefia. Outro ponto positivo: o coordenador da comissão é eleito pelo conjunto dos membros do organismo — segundo o estatuto da comissão da Ford de São Bernardo, que indica o coordenador e o vice é a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos.

Pelo estatuto, a comissão da Mafersa deverá auxiliar o trabalho do Sindicato — promoverá sindicalização, participará ativamente das assembleias e se submeterá às decisões do conjunto dos metalúrgicos paulistas. A comissão não será um órgão isolado, paralelo à entidade de classe. Por outro lado terá autonomia na discussão dos problemas internos e na escolha das formas de lutas para solucioná-los.

Maior espaço para atuar na fábrica

Todos os 6 membros da efetiva e 6 suplentes eleitos na produção (além dos 2 efetivos e 2 suplentes que serão eleitos na administração) terão dois anos e meio de estabilidade no emprego — dois anos de mandato e seis meses de carência, podendo ser recandidatado. Pelo acordo firmado, a comissão terá uma sede no interior da fábrica. Seus membros terão determinadas horas na semana para se reunirem e percorrerem todas as seções da empresa, levantando os problemas e mobilizando o coletivo.

A primeira atividade da comissão eleita já está programada: a realização de uma grande festa da vitória. "Depois teremos muito trabalho para corresponder a este longo e árduo processo de luta", comenta Valmir. Para ele, "a comissão não deve cuidar apenas dos problemas internos da Mafersa. Além de tratarmos com carinho de todas as questões específicas, desde promoções até irregularidade das chefias, devemos trazer para dentro da empresa os grandes problemas políticos e levar os companheiros para participar das lutas pela resolução destas questões nacionais. Inclusive, porque não é aqui que resolveremos nossas grandes aflições. O arrocho salarial não é imposto pela direção da firma, assim como a recessão e o desemprego. Estes são problemas nacionais e nós devemos nos engajar na luta pela sua resolução".

Valmir está otimista com o trabalho da comissão. "Agora temos mais espaço para atuar, maior oportunidade de ampliar nosso trabalho sindical. Usaremos esta força para fortalecer nosso Sindicato, ampliando a sindicalização interna (hoje a Mafersa tem cerca de 300 sócios), participando ativamente das assembleias. Aproveitaremos também para transmitir nossa experiência para outras fábricas da região. Quanto mais comissões de fábrica tivermos, mais força terá nosso Sindicato e mais organizada e mobilizada estará a classe operária".

(Altamiro Borges).

CNTM: nova entidade no cenário sindical

Uma nova entidade surge no cenário sindical brasileiro. No último dia 19, em São Paulo, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. A reunião de fundação contou com a presença de 102 dos 145 sindicatos da categoria no país e das cinco federações estaduais existentes. Na oportunidade, foi aprovado o estatuto da CNTM e eleita sua diretoria provisória, com 32 membros, encabeçada por Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Até hoje, os 1,7 milhão de metalúrgicos brasileiros eram representados pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), dirigida pelo arquiepego Ary Campista

— recentemente afastado do órgão por envolvimento em corrupção. A idéia de formação da CNTM foi aprovada no XI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em agosto de 1983, na Praia Grande. Na ocasião, um dos principais defensores do órgão foi Paulo Paim, atual dirigente da CUT — entidade que agora se recusou a participar da fundação da CNTM.

A CNTM terá ainda que conquistar sua legalização, já que a CLT não permite criação de novas entidades nacionais. Uma das primeiras tarefas da nova entidade será conquistar respaldo, uma vez que seu processo de elaboração foi cupulista, tendo à frente dirigentes sindicais atrasados e pelegos.

Aumento de ônibus em Goiânia gera protesto

Entidades populares e sindicais de Goiânia estão protestando contra o aumento abusivo no preço das tarifas de ônibus, que a partir de 1º de fevereiro será majorado em 80%.

Os empresários do setor reivindicam um aumento de 97,5%. A Comissão de Estudos Tarifários — ligada à Transurb — aprovou um aumento de 88,7%. Mas a palavra final será do governador Íris Rezende, e prevê-se que a passagem passará de Cr\$ 280 para Cr\$ 500 (78,5% de aumento).

Sérgio Duarte, do Movimento Contra a Carestia, não concorda com o aumento: "Nos últimos 20 anos, os trabalhadores foram submetidos a um ar-

rocho brutal. Foram sacrificados por uma política econômica que só favorece as multinacionais e os grandes capitalistas. É passada a hora dessa situação mudar. Não podemos concordar com o aumento".

Maria Dalva, diretora do Conselho Consultivo das Associações de Bairro, também é contra o novo aumento do ônibus: "A vigorar o aumento que os empresários querem, não vai sobrar dinheiro para os trabalhadores colocarem comida dentro de suas panelas. O trabalhador vai ter que acordar de madrugada e ir a pé para o trabalho. Senã morre de fome, ou deixa de trabalhar".

(da sucursal)

Goianas organizam Centro da Mulher

Foi formada, no último dia 17, em Goiânia, a Coordenação Provisória do Centro Popular da Mulher, composta por lideranças sindicais, democráticas e populares. A professora Lúcia Helena, integrante da Coordenação, informa que "o Centro Popular está aberto à participação de todas as mulheres que queiram lutar pelos seus direitos e por sua completa emancipação".

No manifesto de lançamento da Coordenação, as mulheres exigem participação na Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. O manifesto conclama todas as mulheres goianas a contribuírem para "construirmos em nosso Estado uma entidade ampla e combativa, que seja um instrumento de mobilização e conquistas

das nossas justas reivindicações".

A Coordenação Provisória estará promovendo até o dia 8 de março reuniões em fábricas, bairros e escolas para mobilizar as mulheres com vistas a escolher, no Dia Internacional da Mulher, a diretoria da entidade.

Nana, líder das trabalhadoras nas empresas de costura e integrante da Coordenação do Centro, explica que a entidade "levantará bem alto as bandeiras por creches, contra a violência, pelo direito da mulher ao trabalho e à maternidade. Lutaremos também contra a discriminação que a mulher sofre em casa, na escola e no trabalho. Não nos furtaremos da luta por um Brasil democrático, independente e popular". (da sucursal)

Nova diretora na Associação do HC

Tomou posse, dia 18, a nova diretoria da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, encabeçada por Domingos Braga Santana. Representando cerca de 7.800 trabalhadores, a Associação é uma das mais importantes entidades do funcionalismo estadual. Vinha sendo dirigida por lideranças ligadas ao PT, que "já não estavam representando o sentimento da maioria dos servidores", conforme ressaltou o vice-presidente eleito, José Antônio Nania. No pleito para a nova gestão, as duas chapas ligadas ao PT e à antiga diretoria obtiveram, juntas, 600 votos — menos que a chapa vitoriosa, sufragada por 658 votos (52% do total).

Cícero Múvia Pedro, primeiro secretário da Associação, afirma que a orientação da nova diretoria "será mais aberta e de-

mocrática, vinculando a entidade mais às lutas e aos setores democráticos e populares da sociedade". Já na posse, com representantes de dezenas de entidades populares e mais de uma centena de associações, refletiu-se essa visão.

"Queremos evitar a partidarização", acrescenta Cícero, "e lutar pelas bandeiras unitárias de todos os trabalhadores, como a trimesalidade e o direito à sindicalização para o funcionalismo público. Ao mesmo tempo, procuraremos manter e ampliar as conquistas democráticas no interior do hospital, como eleição de diretores e chefes. E levaremos adiante outras lutas específicas, pelo ticket que corresponde às necessidades de refeições, melhores salários, liberação de pontos no almoço e maior igualdade no trato de todos os servidores".



O jornal "O Trem", feito pelos próprios operários da Mafersa e com o dinheiro arrecadado internamente, foi um dos principais instrumentos na luta pela comissão de fábrica. Cada número editado "atropelava" a direção da empresa e motivava a participação do conjunto dos trabalhadores.



Valmir: "As comissões aumentam a força organizada da classe operária"



Povo unido impede aumento de ônibus

Cansados dos sucessivos aumentos dos ônibus — só em 1984 foram oito —, os moradores dos conjuntos habitacionais da região norte da cidade não suportaram o aumento de Cr\$ 390 para Cr\$ 420, no dia 13. Foi a gota d'água.

O representante da empresa Transporte Grande Londrina não queria que o prefeito acesse a negociação enquanto o movimento não parasse. Mas o argumento dos defensores do povo foi mais convincente. Foram conseguidos:

— congelamento da tarifa até novo aumento salarial, a Prefeitura subsidiando 50% e a empresa 50%;

— formação de uma comissão, da qual participam representantes das Associações de Moradores, para tratar dos novos aumentos, das planilhas, dos percursos e da concessão, já que a empresa tem o monopólio;

— encaminhamento ao Legislativo do projeto concedendo o passe-livre para os idosos e estudo pela comissão do passe-livre para os desempregados;

— implantação de duas novas linhas, de um extremo a outro da cidade.

Muito se aprendeu com esta mobilização. Em 1981 já houve uma grande mobilização

pacífica, com abaixo-assinado, mas quase nada resolveu. Agora, esta violenta, com 200 pessoas atirando pedras, impedindo o tráfego dos ônibus resolveu alguma coisa.

Aprendemos que a polícia é violenta e também provocadora de distúrbios. A caça aos líderes foi ostensiva, houve 18 prisões e muitos espancamentos de crianças e idosos. Isso não nos deve amedrontar. Na democracia que teremos com Tancredo ainda enfrentaremos a desgraça que ficou em todas as instituições, especialmente na polícia, que é fruto do militarismo dos últimos 20 anos. (amigos da TO — Londrina, Paraná)

Motoristas da Comurg entram de sola na campanha salarial

Cerca de 200 motoristas da Comurg — Companhia de Urbanização de Goiânia — reuniram-se em assembleia no último dia 13, na sede do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado, para discutir as suas reivindicações. Nessa assembleia massiva — estava presente a metade da categoria — os motoristas deflagraram a campanha salarial deste ano.

A reivindicação central é a equiparação dos salários dos motoristas de transporte urbano. Exigem, também, o pagamento da taxa de insalubridade para os motoristas que trabalham em caminhões de lixo; segurança nos caminhões.

Para tentar enfrentar a assembleia, a diretoria da Comurg, que normalmente escala

10 motoristas para trabalhar aos domingos, no dia da assembleia escalou 22. Mas a manobra não surtiu efeito. Diversos motoristas escalados foram com os seus caminhões até o Sindicato para assinar a lista de presença e manifestar apoio ao movimento.

A categoria despertou para a luta devido à grande discriminação que está sofrendo por parte da direção da Comurg. Isso pôde ser observado em dezembro quando todos os funcionários da empresa receberam cestas natalinas — vários chefes receberam duas —, menos os motoristas.

Um motorista que teve participação destacada na assembleia, Celso, afirmou à **Tribuna Operária** que está confiante no atendimento das reivindicações: "É só a gente perma-

necer e pressionar junto com o Sindicato". Papa, delegado sindical na empresa, denunciou que está havendo muitas injustiças contra os motoristas, como é o caso da decisão da empresa de multar o motorista que cometer alguma infração, "às vezes até por deficiência do próprio caminhão". O presidente do Sindicato, Benedito, disse que a "diretoria do Sindicato, desde o primeiro minuto, se colocou à disposição dos motoristas e nós vamos entrar na luta, vamos procurar a Comurg com a minuta para que seja sanada a precária situação dos motoristas". Henrique, liderança dos motoristas, foi taxativo: "Não podemos baixar a cabeça e aceitar o tratamento desumano que estamos sofrendo, por isso, vamos lutar até a vitória". (F.M. — Goiânia, Goiás)

Posseiros do Pará reforçam entidade

O Centro Comunitário 1º de Setembro foi fundado em 1980 com a finalidade de organizar os posseiros com mais de 30 anos de moradia em área do Ministério da Aeronáutica que queria expulsá-los. Na época, conseguimos o apoio de um vereador do PMDB, advogado, que defendeu o direito dos moradores, chegando a elaborar um memorial descritivo da situação, que foi entregue ao então deputado federal Jäder Barbalho. Na ocasião, os posseiros saíram vitoriosos, conseguindo a liberação das terras.

Não paramos só nesta luta. Conseguimos uma grande área ociosa que, sob a direção do Centro, está sendo distribuída às famílias carentes, em convênio com o BNH. Mais de 800 famílias estão sendo beneficiadas e todos os sábados trabalhamos em mutirão para o mais rápido povoamento da área conquistada. Conseguimos também a ligação gratuita da água.

Recentemente o trabalho da diretoria foi reconhecido pelos moradores: realizamos nova eleição e a grande maioria dos diretores foi reeleita por 386 votos a favor e 12 votos contra. No dia 12 de janeiro, a nova diretoria tomou posse e dará prosseguimento às lutas em que vem trabalhando. (amigo da TO - Belém, Pará)

Luta contra a fome mobiliza Araguaína

Os funcionários da Prefeitura Municipal de Araguaína estão passando grandes dificuldades. Ocorre que eles além de perceberem um salário de fome, há 4 meses não recebem os seus proventos. Diante desta situação, organizaram um movimento que reivindica o imediato pagamento de seus salários atrasados e exigem um aumento de 100% retroativo ao mês de outubro e pelo menos o salário mínimo a partir de janeiro para todos os funcionários.

A luta das professoras e porteiras-serventes esbarra, no entanto, na intransigência do prefeito João de Souza Lima, que está ameaçando e perseguindo os funcionários que participam do movimento reivindicatório.

Embora isso ocorra, os funcionários mantêm uma firmeza de luta muito grande e não estão dispostos a entregar os pontos. Estão dando um importante apoio para esta luta justa do funcionalismo, os vereadores do PMDB Edmundo Galdino e Antônio Raimundo.

Embora enfrentando uma situação desesperadora, os funcionários municipais estão conscientes de que somente a união e a organização lhes darão a certeza da vitória. (J.R. - Araguaína, Goiás)

Moradores de Londrina, no Paraná, fizeram uma luta organizada contra os sucessivos aumentos de ônibus. E conseguiram o apoio do prefeito para negociar com o empresário das linhas da região. Obtiveram muitos êxitos, como congelamento das tarifas até novo aumento salarial, subsídio da Prefeitura para o aumento não cair nas costas dos usuários e formação de uma comissão com participação da Associação de Moradores para tratar da questão de transporte.

A unidade e organização dos moradores permitiram estas conquistas e a participação do povo nas decisões sobre uma questão de interesse das massas, como é o caso do transporte urbano. (Olívia Rangel)



fala o POVO

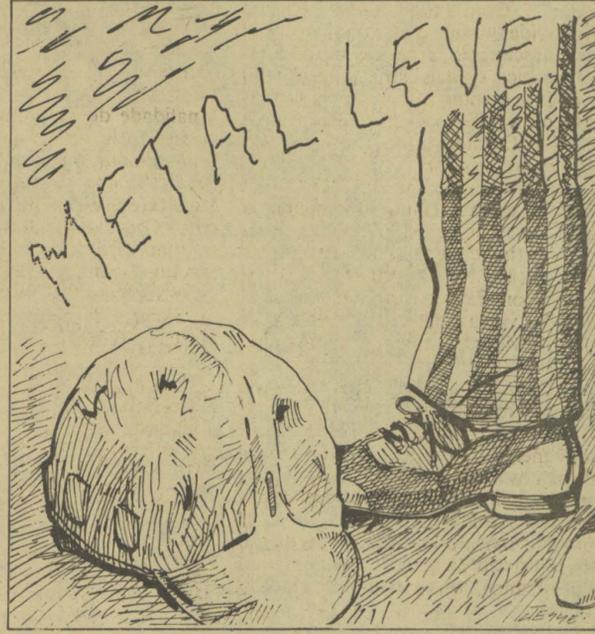
Metal Leve acaba com o sonho de qualquer um

Eu, ex-funcionário da Metal Leve, fui mandado embora sem motivo. Trabalhei cinco anos na empresa, na linha 1 de usinagem de pistão. Assim como eu, foi também outro na mesma semana. Há pouco tempo foram mais dois demitidos, todos da mesma linha e todos da mesma forma, sem motivo e sem explicação.

Eles, assim como eu, contam a mesma coisa: sofreram pressão e perseguição da chefia. O senhor Estefane Girasoli é o supervisor. Ele coordena as linhas 1, 2, 3, 5 e 7 de usinagem. Ele pressiona todo mundo e grita com os funcionários, ameaça de mandar embora.

Quanto mais a gente produz, mais ele quer produção. Se por acaso a produção sai menor, ele quer saber onde aconteceu e grita com os responsáveis pelo acontecido.

Ele grita e fala com o dedo na cara do trabalhador. Na área que ele comanda está a linha 1, onde eu trabalhava. Tudo que a gente precisa tem que ser com ele, na base da humilhação. Cada coisa que o trabalhador pede leva uma bronca. Se alguém não pode fazer hora-extra por motivo justo, ele ameaça de mandar embora. Há poucos dias um funcionário teve que ir ao mé-



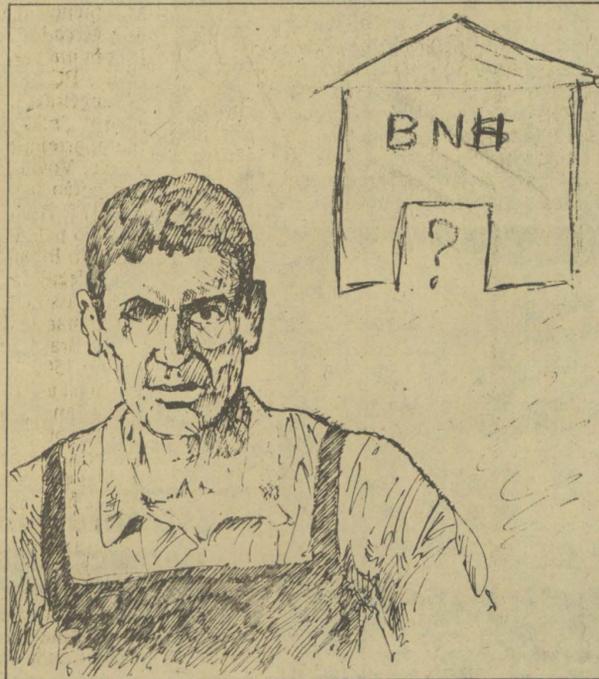
dico num hospital perto da casa dele, porque estava mal. Mas o italiano não aceitou e ameaçou demiti-lo na próxima vez.

O responsável pela linha 1 também obriga o pessoal a produzir mais do que pode, trabalhando na hora das refeições. Mesmo assim os dois vivem ameaçando fazer "uma

limpeza" nas linhas, deixando só o pessoal deles, ameaçando o precioso emprego de cada funcionário.

A Metal Leve foi o segundo lugar onde eu trabalhei nos 5 anos, onde eu tinha sonhos e tirava o sustento de meus filhos. (ex-operário da Metal Leve - São Paulo, SP)

Trabalhador não é admitido por dever prestação ao BNH



Após quase dois anos sem carteira assinada, fazendo testes, buscando emprego, numa situação de penúria e desespero, um companheiro conseguiu ser aprovado nos testes da Viação Ouro Preto, aqui em Londrina.

No entanto, assim como ele, outro aprovado não foi admitido porque estava seprocado (listado no SEPROC — Serviço de Proteção ao Crédito). E o patrão nem quis saber de levar em conta que não era falta de pagamento a firmas comerciais, mas ao BNH.

É isso aí: os empresários se autoprotegem, empurrando os trabalhadores a um beco sem saída. Não pagam porque não têm emprego e não têm emprego porque não pagam. É o arrocho só em cima do trabalhador.

Outra coisa a ser analisada é o BNH. Além de cobrar as prestações acima das condições dos trabalhadores, ainda prejudica duplamente, enviando os nomes para o SEPROC com a finalidade de cortar o crédito na praça.

É por isto tudo que precisamos exigir um Plano de Emergência de Tancredo, para tirar o povo do sufoco. (um amigo da TO - Londrina, PR)

Campanha pode salvar a vida de lavradores

Estou escrevendo para que se faça uma campanha de união entre todos os posseiros e trabalhadores rurais de M. Gerais, para que esse fazendeiro que matou o líder sindical Eloy Ferreira não logre êxito e saia vitorioso na Justiça. Com uma campanha deste tipo, outros fazendeiros, como o que ameaçou o delegado sindical Domingos Souza Godinho na cidade da Capelinha, Minas Gerais, já vão pensar duas vezes antes de matar um líder sindical.

Do mesmo modo deve ser empreendida uma luta principalmente no Pará, para exigir do governador do Estado a retirada dos PMs da região, nem que seja preciso se organizar em mutirão, para que a polícia saiba que não defenderá o povo e não massacrará. (B.S.P. - Caraguatuba, SP)

No sul do Pará a luta de Quintino continua

A luta dos nossos irmãos camponeses do norte do Pará é a mesma que todos nós travamos, porque confiamos na paz, liberdade e progresso social.

Se os latifundiários acham que, eliminando todos aqueles que se atrevem a dizer não às suas tropelias, o povo sofrido irá se calar, estão muito enganados. Estes inescrupulosos e corruptos terão sim é que matar a todos nós e governar sobre cadáveres, pois, enquanto existirem a classe operária e os camponeses, sempre existirá um grito contra a opressão e exploração do homem pelo homem.

Quintino, você não morreu sua luta ficará gravada em

nossas memórias. Nossos filhos o lembrarão com alegria, como um símbolo de luta dos posseiros do sul do Pará. Se orgulharão de dizer que o "gatilheiro matador de cabra safado" foi um homem justo que, por ter lutado em favor dos pobres, sofreu a perseguição do regime militar prepotente, que, ao invés de matar, fez renascer uma semente que brotará na liberdade do povo brasileiro. No Pará quem está do lado do povo o apoiou. Viva Quintino, o gatilheiro do sertão! Viva todos aqueles que ousam lutar contra a opressão, fazendo desta luta o caminho da liberdade da humanidade. (Antônio da Silva Ortega, diretor do Sind. dos Metalúrgicos de São Paulo)

O barão que sacudiu a República

Há 90 anos, no dia 29 de janeiro de 1895, uma diligência levava uma senhora grávida da cidade do Rio Grande para o Uruguai. De repente, a carroça caiu num buraco, quebrando uma roda. A criança, então, saiu do bucho da mãe "para ver o que estava acontecendo". Assim veio ao mundo, conforme ele mesmo relatava, o humorista Aparício Briqueroff Torelli, o Barão de Itararé — único barão da República!

Torelli contava ainda que, nesse momento, uma cigana veio socorrer sua mãe. "A cigana fez importantes previsões sobre meu futuro. Mas, confesso, não me lembro mais quais eram"... Com a mesma irreverência e inventividade com que contava o próprio nascimento, Aparício tratou a vida política e social brasileira por 50 anos, exercendo o jornalismo humorístico e a política — foi vereador pelo Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro em 1947.

Seu primeiro jornal foi "O Capim Seco", escrito clandestinamente, à mão, na escola, em 1909, com a significativa tiragem de um único exemplar por edição. Nele satirizava as situações ocorridas na própria escola, o que lhe valeu uma ameaça de expulsão. Da vida de estudante há um outro acontecimento digno de nota: os universitários realizavam uma passeata de protesto, levando rolinhas na boca. Um tenente comandava a repressão ao movimento e investiu, espada na mão, contra os manifestantes. Aparício não se apouquentou: espetou na espada do tenente a rolinha que trazia à boca. O próprio tenente desatou a rir, diante do inusitado da cena.

Nos anos 20 Aparício saiu do Rio

Grande do Sul para tentar a sorte no Rio de Janeiro. Trabalhou em "O Globo" e depois em "A Manhã". Em seguida lançou seu próprio jornal, de humor, "A Manhã", com a epígrafe: "Quem não chora, não mama". Um semanário "candente. Às vezes, com dente". Escrevia sozinho o jornal, mas usava vários pseudônimos. Um deles era Vaz Antão Luís, "nosso companheiro que acumula as funções de Presidente da República" (o presidente era Washington Luís).

Era duque, mas ficou barão, por modéstia

Em 1930 a chamada Aliança Liberal se insurgiu contra o presidente Washington Luís. Os enfrentamentos entre aliancistas e governistas faziam prever a existência de uma cruel batalha, que se daria em Itararé. Mas Washington Luís foi deposto antes da tal batalha, que acabou não ocorrendo. Mesmo assim, em 1931, Aparício outorgou-se o título de "Duque de Itararé", levando em conta sua "personalidade de excepcional valor, que se distinguiu no campo de batalha". Em seguida, rebaixou o título para Barão "como prova de modéstia".

Mais tarde, assim justificou-se ao escritor Graçiliano Ramos, de quem foi companheiro de cárcere: "Se eu fosse esperar que me reconhecessem o mérito, estrepava-me. Concedi a mim mesmo a carta de nobreza". Itararé era, pois, o "Barão da Batalha Que Não Houve".

O jornal "A Manhã" viveu seus altos e baixos, devido às perseguições políticas e às dificuldades econômicas que enfrentava. Circulou entre 1926 e 1935 e foi relançado em 1945. Em 1949 e 1955 o Barão publicou seus "Almanaques". De sua atividade de jornalista consta também a direção do "Jornal do Povo", em 1934. Neste jornal publicou um artigo saudando a

Revolta dos Marinheiros, liderada por João Cândido em 1910 (o Almirante Negro, do qual falam João Bosco e Aldir Blanc num samba). O artigo desagrudou oficiais da Marinha ligados aos integralistas. Seis oficiais seqüestraram e espancaram o Barão, em represália. Cortaram-lhe os cabelos e o abandonaram num canto do Rio. Desde então o Barão sempre colocava na porta de sua sala uma tabuleta: "Entre sem Bater".

Em 1935, na feroz repressão que se seguiu ao levante da Aliança Nacional Libertadora, o Barão de Itararé foi preso — permaneceu encarcerado um ano e meio. Ironizando o arbítrio de que foi vítima, assim o relatou ao juiz federal encarregado do seu caso: "Eu estava sentado no café Belas Artes, na Avenida Rio Branco, tomando o meu oitavo cafezinho e pensando em minha mãe, que sempre me advertiu contra o excessivo consumo de café. Nesse momento, chegaram os policiais e me deram voz de prisão. Só pode ser um castigo pelo abuso do cafezinho".

Jogou galinha verde em Plínio Salgado

Preso novamente em 1937, quando do golpe do Estado Novo, Aparício foi levado para o navio D. Pedro I. Certa noite foi chamado por beaguins que iam levá-lo para interrogatório. Seu nome foi repetido várias vezes, sem que ele atendesse. Quando finalmente resolveu responder, inquiriu o que queriam dele. "Você está sendo chamado para depor", disseram os esbirros. "Depor quem? O governo? Não tenho forças", retrucou.

O fascismo estava fazendo seus estragos pelo mundo. Com seus chistes, o Barão fustigava os hitleristas, franquistas, salazaristas e os camisas negras de Mussolini. No Brasil as hordas fascistas vestiam as camisas verdes do Integralismo. Plínio Salgado, chefe dos fascistas tupiniquins, ia fazer uma peroração no Teatro João Caetano, Rio. Quando começou seu palavreado, Torelli jogou nele uma galinha pintada de verde, desmoralizando-o. A partir de então, os integralistas passaram a ser conhecidos como "galinhas verdes".

Vereador comunista, cassado pela reação

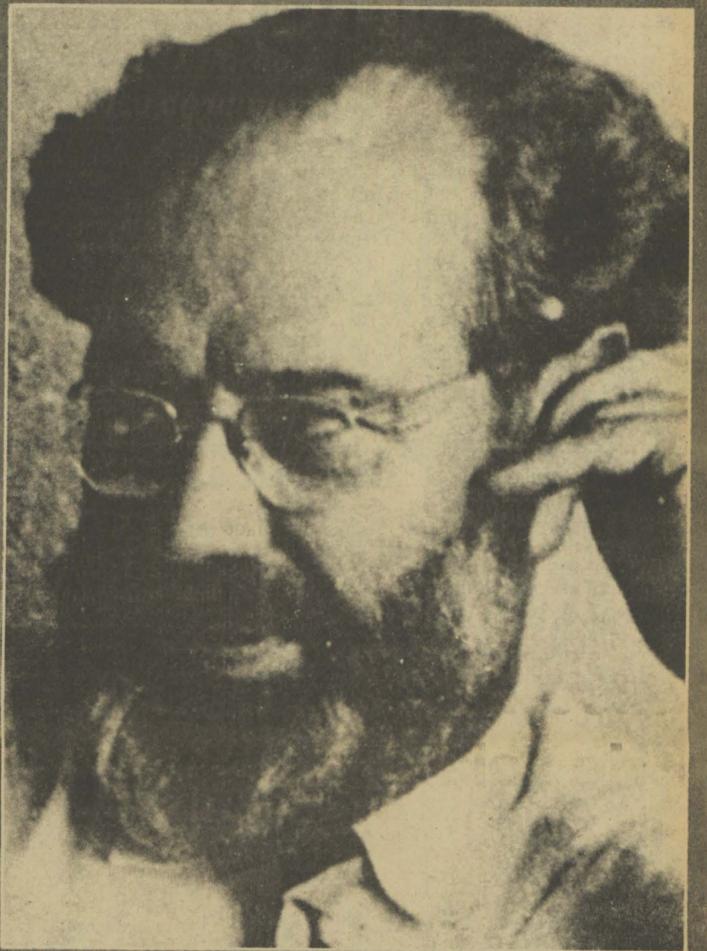
Com a redemocratização do país, o PC do Brasil conquistou a legalidade. O Barão de Itararé candidatou-se a vereador pela legenda comunista. Os cariocas sofriam com a falta de água e de leite. O Barão lançou seu slogan de campanha: "Mais água e mais leite. Mas menos água no leite". Na Câmara o vereador Aparício manteve debate com um vereador da UDN que acusava o PC de estar ligado a potências estrangeiras, já que não era PC "Brasileiro", mas PC "do Brasil". O Barão aparteu-o com a pergunta: "Diga-me, Vossa Excelência, a serviço de que potência está, então, o Banco do Brasil?" Aparício teve seu mandato cassado pela reação em 1948, quando o PC do Brasil foi colocado novamente na ilegalidade. Um ano depois, resumiu assim a história do Brasil no "Almanaque da Manhã":

"O Brasil foi descoberto, por acaso, em 1500, e ficou sendo colônia de Portugal até 1822, mas não por acaso. Nesse ano, um príncipe português proclamou a Independência do Brasil e o país, desde então, passou a fazer dívidas por conta própria, ficando cada vez mais dependente de seus credores. Em 1889 foi proclamada a República, a qual foi passando por muitos estados de evolução, entre os quais podemos citar o estado de sítio, o estado de emergência, o estado de guerra, o Estado Novo, que culminou, afinal, no estado a que chegamos".

Máximas do Barão de Itararé

No rodapé dos seus *Almanaques da Manhã* (publicados em 1949 e 1955), o Barão de Itararé publicava frases jocosas e irreverentes. Outras, ele fez ao longo de seus 50 anos de jornalismo. Aqui vão algumas:

- "Este mundo é redondo; mas está ficando chato".
- "Quando pobre come frango, um dos dois está doente".
- "Pobre, quando mete a mão no bolso, só tira cinco dedos".
- "Aviso aos navegantes: não há bóia em todo o Brasil".
- "Negociata é um bom negócio para o qual não fomos convidados".
- "Há qualquer coisa no ar, além dos aviões de carreira".
- "Pobreza não é desonra, mas é uma porcaria".
- "O erro do governo não é falta de persistência, mas a persistência na falta".
- "O nosso país, segundo as últimas estatísticas, conta com uma população de 45 milhões de habitantes, dos quais 40 milhões não sabem ler nem escrever e 5 milhões não sabem o que lêem nem o que escrevem".
- "Anistia é um ato pelo qual o governo resolve perdoar generosamente as injustiças e crimes que ele mesmo cometeu".
- "O problema dos menores é um dos maiores do Brasil".
- "O que se leva desta vida é a vida que a gente leva".
- "Não é sopa, porém, fazer graça com a vida do jeito que vai".



Aparício Torelli, o Barão de Itararé

No início dos anos 50 o movimento comunista viveu um intenso debate. No XX Congresso do PC da União Soviética, Nikita Krushov pronunciou um relatório cheio de calúnias e difamações contra Stálin e a política seguida pelos comunistas até aquela época. No PC do Brasil, Agildo Barata assumiu posições anti-Partido, e foi convidado Aparício para aderir às suas teses. "Nessa canoa furada eu não embarco", respondeu-lhe o Barão.

Fortuna: "O Barão é um clássico do humor"

A luta interna continuou, mesmo após a expulsão de Barata. Os setores fiéis ao marxismo-leninismo tinham força na imprensa comunista de São Paulo. Pedro Pomar, que viria a participar da reorganização do PC do B em 1962, fez um almoço para arrecadar fundos para a imprensa partidária.

Torelli compareceu e, num discurso, afirmou: "Diante da confusão que reina na cabeça das pessoas, eu vim a este almoço única e exclusivamente para colher os bons frutos deste pomar".

José Duarte, um dos reorganizados do PC do Brasil em 1962 e amigo do Barão, afirma que "ele sempre manteve-se fiel ao Partido. Não aceitou as posições dos revisionistas. Depois da reorganização, manteve boas relações conosco".

Após o golpe de 1964, o Barão não teve mais espaço na imprensa para seu humor ferino. Morreu em 27 de novembro de 1971, no Rio de Janeiro. Sobre ele escreveu o também jornalista de humor Fortuna:

"Pela amostra do que já conheço de sua obra humorística, considero-o um clássico do humor brasileiro. Não um clássico de estante (por sinal, ele jamais reuniu em volumes seus trabalhos), mas um clássico de viva atualidade". (Carlos Pompe)



NEGOCIOS DA CHINA

A China multi-milenar e sonhadora de Confúcio, que se esconde por traz da Grande Muralha, encoberta por uma cortina de opio, continua a intrigar os atilados observadores impregnados de whisky do mundo ocidental, incapazes de compreender a sua filosofia e seus pagodes. Agora mesmo, esteve entre nós, em missão reservada, o misterioso poeta nacionalista Shuk-Sen-Fuudus, que veio propor ao

Barão de Itararé, em nome de Chian-Kai-Shek, chefe do governo de Chim-Frim, o elevado cargo de encarregado dos Negócios da China para toda a América do Sul e Caraíbas. Itararé, que é um diplomata de "carriêre", recusou, delicadamente, o oferecimento e parece que acabou vendendo ao poeta, dinheiro à vista, um jacá de marrecos de Pekin, criados a leite de pato, em seu bucolico sítio de Bang-hú.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Macelão: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simão Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-0844 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44080 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40.000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesa). CEP 43.700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vênancio IV - sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro. CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993. CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi 428. CEP 80000. Fone: 234-7484. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar. CEP 96100.

PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala

29 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos. CEP 95100. Pelotas: Rua Andréa Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Gineásia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, 2248, sala 4, Centro. CEP 26000.

SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 190 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pastel-UP, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Joréus, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 70.000,00
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 35.000,00
 Semestral (26 edições) Cr\$ 32.800,00
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 16.400,00
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO:
 PROFISSÃO: DATA:

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

Tribuna Operária
300 PMs caçam posseiros no Pará

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Tancredo atacará mordomias

Tancredo prometeu acabar com uma das maiores pragas que assola o nosso país e que se transformou em um dos símbolos do regime militar: a mordomia. Uma casta de superfuncionários do governo gasta cifras astronômicas de nossos recursos públicos em proveito próprio. Figueiredo, por exemplo, consumirá no mês de fevereiro, só com alimentação, meio bilhão de cruzeiros.

Tancredo afirmou, na entrevista coletiva do dia 17 de janeiro, que "iremos acabar com as mordomias" porque esta é uma aspiração nacional. E acrescentou: "Quem quiser beber bem, comer bem, que o faça às suas custas, mas o Estado é que não pode, de maneira nenhuma, assegurar a mordomia alimentar aos seus funcionários graduados". E explicando sobre os que vivem em mansões às custas do governo, detalhou: "No tocante, realmente, à mordomia decorrente da moradia, ninguém vai ter mais casa de graça. Até que uma comissão de estudos procure dar a melhor orientação e destino a essas casas, os que vierem a ocupá-las terão de pagar o aluguel correspondente".

Paris: 300 pessoas festejam na boate Le 78 às custas do governo

Os governantes militares que ocupam o Palácio do Planalto após o golpe de 64 erigiram a mordomia como símbolo deste período negro, tal foi o esbanjamento do dinheiro público em proveito pessoal.

Ficaram famosas as orgias nababescas dos altos escalões do governo federal, tanto no país como no exterior. Enquanto o Brasil afundava na crise, os superfuncionários só viajavam em jatinhos fretados e se hospedavam nos melhores hotéis do mundo. Nesta maratona pelo globo, não poderiam fal-

tar as festas. Uma das mais comentadas foi a da boate "Le 78", em Paris, em 1981, quando 300 convivas comeram e beberam do bom e do melhor, tudo às custas do governo. Ou melhor, às nossas custas, os contribuintes.

As medidas contra os gastos superfluos deverão começar com as famosas mansões da Península dos Ministros, às margens do lago Paranoá, em Brasília. São 41 casas onde moram ministros, integrantes do alto comando das Forças Armadas, chefes da Polícia Federal, do SNI etc. Tudo gente muito bem remunerada do alto escalão, mas que não gasta um tostão sequer com despesas domésticas e moradia.

Antes mais restritas à Presidência da República, os militares ampliaram as mordomias para o seu círculo de apaniguados, e hoje até mesmo funcionários do quarto escalão usufruem dessas benesses. Com o afrouxamento da censura à imprensa, estes gastos perdulários vieram à tona e se transformaram num escândalo nacional. O presidente Geisel não se acanhou e os institucionalizou através da circular reservada nº 21, de julho de 1976. Assim ficaram estabelecidas nos mínimos detalhes as mordomias a que cada um tinha direito.

São sete tipos de graduação e aumentam de acordo com a importância dos cargos. Os ministros são os mais privilegiados. Têm direito a uma mansão totalmente mobiliada, incluindo tudo, desde os aparelhos eletrodomésticos até talheres, paliteiros e lençóis.



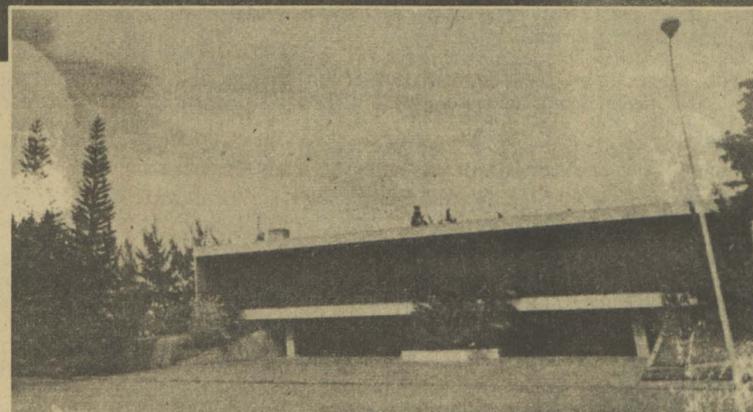
Na península dos ministros estão as 41 mansões. A moradia de Delfim (foto menor) tem mil metros quadrados

Cada ministro tem à disposição três carros oficiais, sem limite de combustível: um para uso próprio, outro para a família e um terceiro sobressalente. Também não gastam nada com alimentação, telefone, lavanderia, luz e gás.

Ministro do Trabalho consumiu num único mês 954 Kg de carne

Para os outros cargos, a diferença é que existem algumas limitações nos gatos com água, luz, telefone e gás. Os militares de alta hierarquia vivem no Setor Militar Urbano e as mordomias são as mesmas de um ministro, só que não são fiscalizados pelo DASP. Para as patentes mais baixas são reservados espaçosos apartamentos também gratuitos.

Nesta "ilha da fantasia" ninguém sente o peso da crise que atinge o resto do país. Alguns exemplos da vida des-



privilegiados: a esposa de um ministro mandou comprar uma geladeira nova porque a outra, com dois meses de uso, tinha quebrado o trinco. Não quis mandar consertá-la. Shigeaki Ueki, quando era ministro das Minas e Energias, utilizava em uma mansão uma piscina com água térmica. O ministro Nestor Jost mandou construir em sua residência oficial uma piscina persolanizada em forma de "J". Arnaldo Prieto, ministro do Trabalho no governo Geisel, consumiu num único mês 954 quilos de carne, 284 dúzias de

bananas, 300 quilos de açúcar, 1.296 garrafas de refrigerantes...

As extravagâncias mordômicas não se restringem apenas à capital federal. Cada superfuncionário passou a se utilizar de jatinhos oficiais para viagens relacionadas ao trabalho e também nos fins de semana quando se dirigiam a seus Estados. O ministro Delfim Netto é um desses que raramente passa mais do que quatro dias da semana em Brasília e só voa num pequeno jato que fica à sua inteira disposição.

Certas atitudes desses homens chegam a igualar-se às extravagâncias de alguns ditadores, como Bokassa e Fulgêncio Batista. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, obrigou um DC-10 da Varig a desviar sua rota e deixá-lo em Brasília, quando o avião ia de Nova York ao Rio. O ministro Murilo Macedo utilizava aviões para trazer carnes do Rio Grande para seus churrascos particulares.

Superfuncionários se hospedavam na Europa nos hotéis mais caros

No exterior os superfuncionários faziam furor nos seus gastos! Segundo jornalistas que trabalhavam na Europa, era fácil encontrá-los: bastava ligar para os hotéis mais caros e pedir para falar na suite presidencial. Em Paris, ficavam nos hotéis Plaza, Crillon, Georges V e Ritz, considerados os mais caros do mundo. Um diretor da Petrobrás gastou apenas num jantar no restaurante parisiense "la Serre" a bagatela de mais de Cr\$ 1 milhão. Outros alugavam jatinhos a Cr\$ 2,8 milhões a hora para viajar pela Europa. Todas estas despesas eram debitadas na conta da nação brasileira.

Para fiscalizar os gastos pessoais de ministros e funcionários que se utilizam do dinheiro público existe o Tribunal de Contas da União (TCU). Mas os nove ministros que compõem o TCU, nomeados pela Presidência da República, dificilmente fazem uma fiscalização rigorosa nos ministérios, porque eles mesmos têm direito a uma série de mordomias. Muitos dos que usufruíram dos benefícios desta corte do poder foram alojados neste órgão, como é o caso do ex-ministro Arnaldo Prieto e agora Carlos Átila, porta-voz oficial de Figueiredo.

Além do mais, para fugir ao detalhamento dos gastos ministeriais, as despesas com mordomias são incluídas em rubricas gerais como "encargos pessoais", "despesas diversas", "encargos de terceiros" etc. Mesmo querendo, é quase impossível o TCU conseguir determinar o montante destes gastos, porque a inspeção inicial é feita por homens de confiança dos ministros que são colocados em cada Inspeção Geral de Finanças, órgão dos próprios ministérios. Quando as irregularidades são muito graves, o TCU no máximo pode aplicar multas simbólicas.

A boa vida do presidente

Um caso à parte em toda esta mordomia se refere à Presidência da República. Ai não se tem como aferir com precisão todos os gastos, tal a sua magnitude. Apenas com alimentação, segundo edital 03/85 de tomada de preços da Diretoria Administrativa da Presidência, Figueiredo, sua família e seus convidados gastarão no mês de fevereiro em torno de meio bilhão de cruzeiros!

Entre as iguarias que serão consumidas pelo general podemos citar algumas baseadas no edital de preços: 2.400 quilos de camarão de todos os tipos, alguns custando Cr\$ 110 mil o quilo; 10 quilos de carne de siri; 3.920 quilos de peixes; 900 pães de forma; cinco toneladas de queijo prato; 7.500 copos de iogurte; 15 mil "sonhos portugueses de massa cozida, recheados com creme"; 20 mil litros de leite.

BATATAS AO PRESIDENTE

Estes números não assustam os moradores de Brasília, pois há anos já conhecem o consumo extravagante do nosso general "bom de garfo". No mês de agosto de 1980 foram consumidos em sua residência 2.000 abacaxis, 800 caquis, 1.200 quilos de mamão, 360 dúzias de banana, 650 caixas e mais 170 dúzias de laranja etc. Para citar apenas a batata inglesa, foram 3,5 toneladas de consumo mensal. Diante desta comilança, o deputado Alceu Collares (PDT-RS) comentou na Câmara: "É batata para fazer salada para o Brasil todo. Vai gostar de batata assim em outro lugar, onde haja fruta, onde não exista tanta miséria".

Os membros da família presidencial são os maiores perdulários do governo. Figueiredo não era muito chegado ao trabalho, ficando pouco tempo no Palácio. Foi o governante que menos ficou em Brasília e mais viajou. Se ausentou mais de 300 vezes da capital federal. Os gastos com estas viagens são fantásticos. A cada passeio destes ia junto um magote de pessoas "chegadas" ao poder. Os aviões voltavam abarrotados de mercadorias que não passavam pela alfândega.

Dona Dulce, esposa do presidente, também gosta de dar suas escapadinhas de Brasília. Numa dessas, a 28 de outubro de 1982, ela resolveu assistir à estréia de um balé em Campinas. Pegou o Boeing presidencial e rumou para lá junto com seu cabeleireiro e duas amigas. Nas suas viagens a primeira dama prefere se hospedar no que existe de mais luxuoso. Em São Paulo ela fica na suíte imperial do Cesar Park, com 450 metros quadrados, cuja diária era da ordem de Cr\$ 2.700.000 em

agosto. Nesta mesma época sua comitiva ocupou 14 outros apartamentos com diárias de Cr\$ 300 mil cada. A temporada de Dona Dulce em São Paulo e no Rio durou 11 dias e foram gastos só com hospedagem Cr\$ 30 milhões, debitados na conta da Presidência da República.

VIDA FÁCIL

Em Brasília o casal Figueiredo está confortavelmente instalado na Granja do Torto, com 436 hectares, entre muita água, flores, gramado e um bosque. Foi construída uma cavalariça para o general abrigar seus cavalos de raça. Além disso existe um heliporto, cinema para 70 pessoas, uma ampla piscina, um galpão de concreto armado para churrasco com capacidade para 300 pessoas.

Não pensem que Figueiredo terá dificuldades após o 15 de março, quando deixar a Presidência. Irá se recolher no confortável Sítio do Dragão, com 30 mil metros quadrados, onde existem dois chalés construídos recentemente. Junto com seus rendimentos de general aposentado, acima de Cr\$ 5 milhões, receberá também cerca de Cr\$ 3 milhões de pensão vitalícia, como ex-presidente da República.



Granja do Torto: 436 hectares com muita água, bosque, piscina, cinema, aonde o presidente descansa

Foto: Carlos Namba



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício de Lacerda